

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

**PROJETO MULTISSETORIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO PARANÁ**

**RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO
2.º semestre de 2015**

(Acordo de Empréstimo n.º 8.201-BR)



2015

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPL)

Silvio Magalhães Barros II - *Secretário*

Marlos Marciliano de Almeida - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES)

Júlio Takeshi Suzuki Jr. - *Diretor-Presidente*

Emílio Kenji Shibatta - *Diretor do Centro de Pesquisa*

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

Norberto Anacleto Ortigara - *Secretário*

Otamir Cesar Martins - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER)

Rubens Ernesto Niederheitmann - *Diretor-Presidente*

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMA)

Ricardo José Soavinski - *Secretário*

Paulino Heitor Mexia - *Diretor Geral*

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG)

Amilcar Cavalcante Cabral - *Diretor-Presidente*

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP)

Luiz Tarcísio Mossato Pinto - *Diretor-Presidente*

INSTITUTO DE ÁGUAS DO PARANÁ (AGUASPARANÁ)

Amin José Hannouche - *Diretor-Presidente*

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED)

Paulo Schmidt - *Secretário*

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

Michele Caputo Neto - *Secretário*

Sezifredo Paulo Alves Paz - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

Mauro Ricardo Machado Costa - *Secretário*

George Hermann Rodolfo Tormin - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

Dinorah Botto Portugal Nogara - *Secretária*

Samira Tomita - *Diretora Geral*

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

Adilson Castilho Casitas - *Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil*

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Mauro Jose Corbellini - *Coordenadora Geral do Projeto (SEPL)*

Nestor Bragagnolo - *Coordenador Adjunto do Projeto (SEPL)*

EQUIPE TÉCNICA DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP/SEPL

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO: José Carlos Espinoza Aliaga, Julia Carolina Rubel, Lucas Rodrigues Maciel, Lucas Garcia Ferreira Martins. Nayara Lobo Carneiro Galera, Ricardo Fernandes Bezerra, Sandra Cristina Lins dos Santos, Tobias de Freitas Prando, Wallace Cruz.

EQUIPE TÉCNICA IPARDES (Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas)

REVISÃO DOS INDICADORES DO MODELO LÓGICO

Valéria Villa Verde Reveles Pereira - *Coordenação*

Katia Terezinha Patrício da Silva - *Coordenação Adjunta*

Angelita Bazzoti - *Socióloga*

Ciro Cezar Barbosa - *Economista*

Rafaela Amorim - *Economista*

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Supervisão editorial*

Claudia F. B. Ortiz - *Revisão de texto*

Ana Rita Barzick Nogueira e Léia Rachel Castellar - *Editoração eletrônica*

Stella Maris Gazziero - *Projeto gráfico, diagramação e capa*

Maria Rosa Davin - *Normalização bibliográfica*

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural	LOA - Lei Orçamentária Anual
BIC - Bank Identifier Code	LPI - Licitação Pública Internacional
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	LPN - Licitação Pública Nacional
BM - Banco Mundial	MOP - Manual Operativo do Projeto
CAFE - Coordenação da Administração Financeira do Estado	NRE - Núcleo Regional de Educação
CDG - Coordenadoria de Desenvolvimento	ONGs - Organizações Não Governamentais
CELEPAR - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná	PAD - Project Appraisal Document
CM - Casa Militar	PDE - Programa de Desenvolvimento da Educação
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	PGE - Programa de Gastos Elegíveis
COP - Coordenadoria de Orçamento e Programação	PPA - Plano Plurianual
DDF - Declaração de Disponibilidade Financeira	PPRI - Planos Pontuais de Reassentamento Involuntário
DDO - Declaração de Disponibilidade Orçamentária	QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo
DLIs - Disbursement Linked Indicators	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
DOE - Diário Oficial do Estado	SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
e-COP - Sistema Orçamentário do Estado	SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
EEP - Eligible Expenditure Programs	SEED - Secretaria de Estado da Educação
EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural	SEEG - Secretaria de Estado de Governo
EPPI - Estratégia de Participação dos Povos Indígenas	SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	SEI - Sistema Estadual de Informações
GAS - Grupo Administrativo Setorial	SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
GFS - Grupo Financeiro Setorial	SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
GPS - Grupo de Planejamento Setorial	SESA - Secretaria de Estado da Saúde
IAP - Instituto Ambiental do Paraná	SIAF - Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro
IBAN - International Bank Account Number	SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná
ICB - International Competitive Bidding	SISPRENATAL - Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização
IFR - Interim Financial Report	SOEs - Customized Statement of Expenses – Customized
INTOSAI - International Organization of Supreme Audit Institutions	SUDE - Superintendência de Desenvolvimento Educacional
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	SUEDE - Superintendência da Educação
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	SUS - Sistema Único de Saúde
ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências	SWAp - Sector Wide Approach
LAS - Licença Ambiental Simplificada	TCE - Tribunal de Contas do Estado
LI - Licença de Instalação	UBS - Unidade Básica de Saúde
LO - Licença de Operação	UGP - Unidade de Gerenciamento do Projeto

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, representada pela Unidade de Gerenciamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, com a cooperação técnica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apresenta de forma sistematizada e integrada o quarto relatório de execução física e financeira das ações do projeto, referente ao segundo semestre de 2015. Esse relatório busca também estabelecer o diálogo entre os executores e contribuir para a transparência das políticas públicas, com a sua disponibilização no endereço eletrônico www.sepl.pr.gov.br.

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, objeto do acordo de empréstimo entre o Estado do Paraná e o Banco Mundial (nº 8.201 - BR), tem como objetivo promover o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano mais equitativas e ambientalmente sustentáveis. Está organizado em dois componentes: Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, englobando nove programas finalísticos; e Componente 2 - Assistência Técnica para Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz, envolvendo cinco setores: desenvolvimento rural, meio ambiente, saúde, educação e gestão do setor público.

O financiamento firmado com o Banco Mundial em 12 de dezembro de 2013 teve sua efetividade obtida em 13 de janeiro de 2014, e adota uma modalidade setorial ampla, denominada em inglês de Sector Wide Approach (SWAp). Constitui um tipo de financiamento inédito até o momento no Estado, em que há o comprometimento com investimentos estratégicos em setores que promovam o desenvolvimento econômico e social. Nesse arranjo, os programas do Componente 1 foram assumidos como iniciativas orçamentárias no Plano Plurianual 2012-2015 e no de 2016 a 2019.

Para uma melhor compreensão do alcance dos indicadores apresentados neste relatório, deve-se considerar o contexto em que se deu a execução do Programa para o cumprimento dos mesmos. Ao contrário do observado nos relatórios anteriores, parte dos indicadores de desembolso (55%) não foi atingida de acordo com os resultados apurados e metas estabelecidas. Este fato reflete em grande medida a conjuntura econômica vivenciada pelo Estado e país no período. O PIB do Estado do Paraná em 2015 sofreu uma redução de 2,8%. Em particular, as restrições orçamentárias no segundo semestre de 2014 e no ano de 2015, e a alta taxa de câmbio, têm afetado a capacidade de execução dos programas do governo (o projeto foi negociado em uma relação US\$/R\$ de 2,00 e hoje esta relação é de 3,65 – aumento de 82,5% – março de 2016), inclusive aqueles que fazem parte do Projeto. Este fato foi discutido com o Banco e Secretário da Fazenda, por ocasião da missão ocorrida no período de 31 de agosto a 04 de setembro de 2015, que confirmou a falta de disponibilidade orçamentária para o atendimento integral da execução financeira de 2015, porém, informou que haverá disponibilidade financeira para execução do projeto no próximo ano, inclusive para repor os fundos não liberados no presente exercício.

No período, ainda, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) apresentou à Unidade de Gestão do Projeto (UGP) o Relatório dos Achados da Auditoria referentes ao período retroativo (12 de dezembro de 2012 a 12 de dezembro de 2013) e ao ano de 2014 que foi compartilhado com o Banco Mundial. O mesmo indicou que houve uma série de falhas nos controles internos por parte da UGP e Secretarias envolvidas no monitoramento da utilização das normas de aquisição do Banco Mundial, cujo equacionamento veio a exigir grande esforço por parte da equipe do projeto e das instituições envolvidas. Para o encaminhamento das providências recomendadas pelo TCE-PR e Banco Mundial, com relação aos Achados da Auditoria, a UGP promoveu uma série de reuniões, principalmente, junto à SEED, SESA e AGUASPARANÁ resultando num conjunto de medidas.

Concomitantemente à implantação das medidas recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado e Banco Mundial, a UGP finalizou as tratativas com o Banco Mundial, COFIEX e STN de Reformulação do Acordo de Empréstimo vigente que veio a ser firmada em cinco de janeiro de 2016 (disponível endereço eletrônico www.sepl.pr.gov.br – Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná).

A sistemática de monitoramento que está sendo adotada pela Unidade de Gestão do Projeto foi construída com a aplicação da metodologia Modelo Lógico para organizar o monitoramento dos programas finalísticos do Projeto, estruturados no componente Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano. Esta metodologia baseia-se na teoria do programa para estabelecer três conjuntos de indicadores: de produto, intermediário e final. A aferição dos indicadores possibilitará a ação balizada do gestor. Em consonância, e ao mesmo tempo, são acompanhados outros indicadores identificados por: desenvolvimento, resultado intermediário e de desembolso. Esses indicadores estão vinculados às ações previstas tanto no Componente 1 quanto no Componente 2 do projeto (quadro 1).

Os Indicadores de Monitoramento foram previamente acordados em duas circunstâncias, por ocasião da missão de pré-avaliação do Projeto, em abril de 2012, e na fase da construção do Modelo Lógico, concluído em julho de 2012. Estes indicadores, ainda, foram objeto de discussão e sofreram alterações por ocasião da Missão de Monitoramento ocorrida no período de 23 a 27 de março de 2015. A adequação e/ou substituição das metas inicialmente propostas não afetará os objetivos do Projeto e dos Programas envolvidos. Estas modificações, já incorporadas a este Relatório, apenas compatibilizam as metas físicas inicialmente propostas com a perspectiva de execução vivenciada e alcançada nos dois primeiros anos do Projeto (um ano retroativo e um de execução após assinatura do Acordo de Empréstimo).

Os Indicadores de Desenvolvimento estão correlacionados com os cinco setores apoiados pelo Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Os Indicadores de Monitoramento, também denominados de Resultados Intermediários, foram construídos considerando os programas finalísticos e a ação do Componente 2 do projeto. Os Indicadores de Desembolso foram definidos tendo em vista as regras e normas do financiamento. De forma geral, as metas acordadas e expressas nos instrumentos de acompanhamento são equivalentes; quando tal não acontece, dá-se o devido destaque.

O Procedimento adotado para a elaboração do presente relatório (2º semestre de 2015) foi a solicitação do preenchimento das planilhas pelos executores, conforme o instrumento de coleta utilizado no relatório anterior. A UGP/SEPL recebe, consiste e consolida as informações em relação às metas programadas, para o cálculo dos indicadores acordados no Modelo Lógico e dos indicadores de desenvolvimento, intermediários e de desembolso estabelecidos no Acordo de Empréstimo.

QUADRO 1 - ORGANOGRAMA DO PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ	
COMPONENTE 1 PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO	COMPONENTE 2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ
SETOR 1 ou SUBCOMPONENTE 1.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	SETOR 5 GESTÃO DO SETOR PÚBLICO
1.1.1 Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (SEAB, EMATER, ITCG) 1.1.2 Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias (SEAB, EMATER e AGUASPARANÁ)	SUBCOMPONENTE 2.1 Qualidade Fiscal (SEPL e SEFA)
SETOR 2 ou SUBCOMPONENTE 1.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES 1.2.1 Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEMA, IAP e AGUASPARANÁ) 1.2.2 Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEMA, IAP, AGUASPARANÁ E DEFESA CIVIL)	SUBCOMPONENTE 2.2 Modernização Institucional (SEPL, SEAP, IPARDES e CGE)
SETOR 3 ou SUBCOMPONENTE 1.3 EDUCAÇÃO 1.3.1 Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem (SEED) 1.3.2 Programa Formação em Ação (SEED) 1.3.3 Programa Renova Escola (SEED)	SUBCOMPONENTE 2.3 Gestão mais Eficiente dos Recursos Humanos (SEPL e SEAP)
SETOR 4 ou SUBCOMPONENTE 1.4 SAÚDE 1.4.1 Programa Rede de Urgência e Emergência (SESA) 1.4.2 Programa Rede Mãe Paranaense (SESA)	SUBCOMPONENTE 2.4 Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental (SEPL e SEAB)
	SUBCOMPONENTE 2.5 Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEPL, SEMA, ITCG, AGUASPARANÁ e IAP)
	SUBCOMPONENTE 2.6 Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEPL, SEMA, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL, IAP e AGUASPARANÁ)
	SUBCOMPONENTE 2.7 Educação (SEPL e SEED)
	SUBCOMPONENTE 2.8 Saúde (SEPL e SESA)

INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO COMPONENTE 1 - PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO

Esta seção focaliza o conjunto de indicadores de execução física para os programas finalísticos que integram o Componente 1. Assim, os programas serão apresentados por setor, com os quadros de acompanhamento dos indicadores devidamente contextualizados. O quadro-resumo de execução financeira e os diagramas com as referências básicas dos programas serão apresentados como cenário para o acompanhamento dos programas.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SETOR 1

O setor 1 volta-se ao compromisso de aumentar a participação dos agricultores familiares em atividades agrícolas mais rentáveis, apoiando a organização, o planejamento e práticas ambientais, sociais e econômicas sustentáveis, e assim contribuir para a diminuição das diferenças regionais.

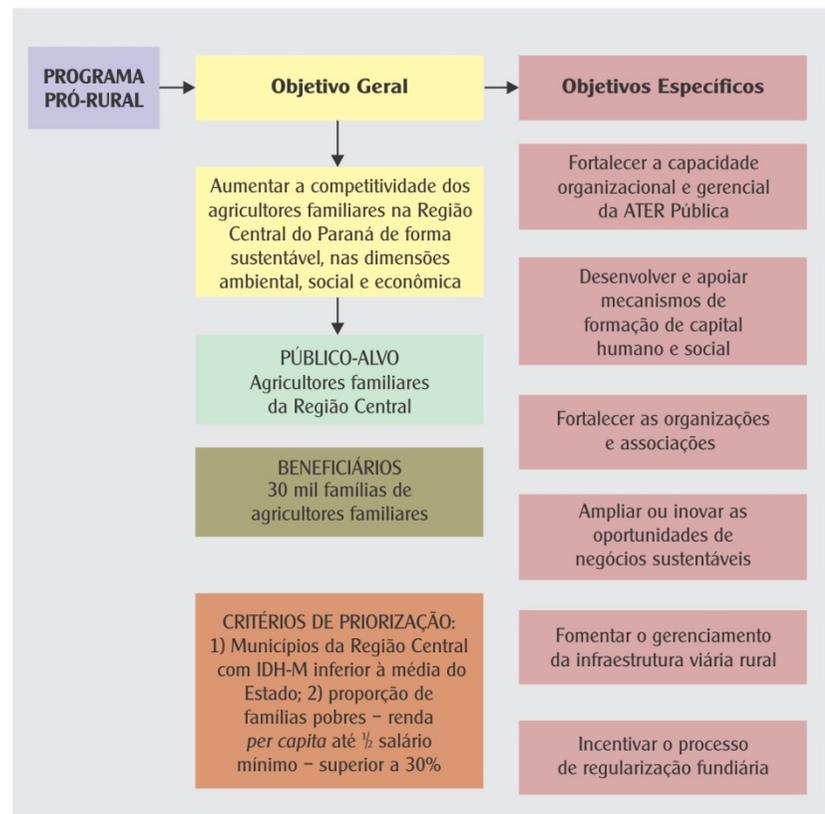
As ações do setor estão estruturadas em dois programas: Desenvolvimento Econômico Territorial (PRÓ-RURAL), que visa reverter a baixa eficiência produtiva, econômica e social na região central do Estado; e Gestão de Solos e Água em Microbacias, comprometido com a melhoria da gestão dos recursos naturais, resultando na maior sustentabilidade das atividades agropecuárias (tabela 1, diagramas 1 e 2).

TABELA 1 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO 2015

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 30/06/2015) (B)	Executado no Período (jul./2015 a dez./2015) (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Falta Executar (B+C)/A (%)
3028/3033/3034 - Desenvolvimento Econômico Territorial - PRÓ-RURAL	130.870.902	10.823.224	1.742.318	118.305.360	90,40
3027/3029/3037 - Gestão de Solos e Água em Microbacias	90.580.311	41.960.480	1.846.217	46.773.614	51,64
TOTAL	221.451.213	52.783.703	3.588.535	165.078.974	74,54

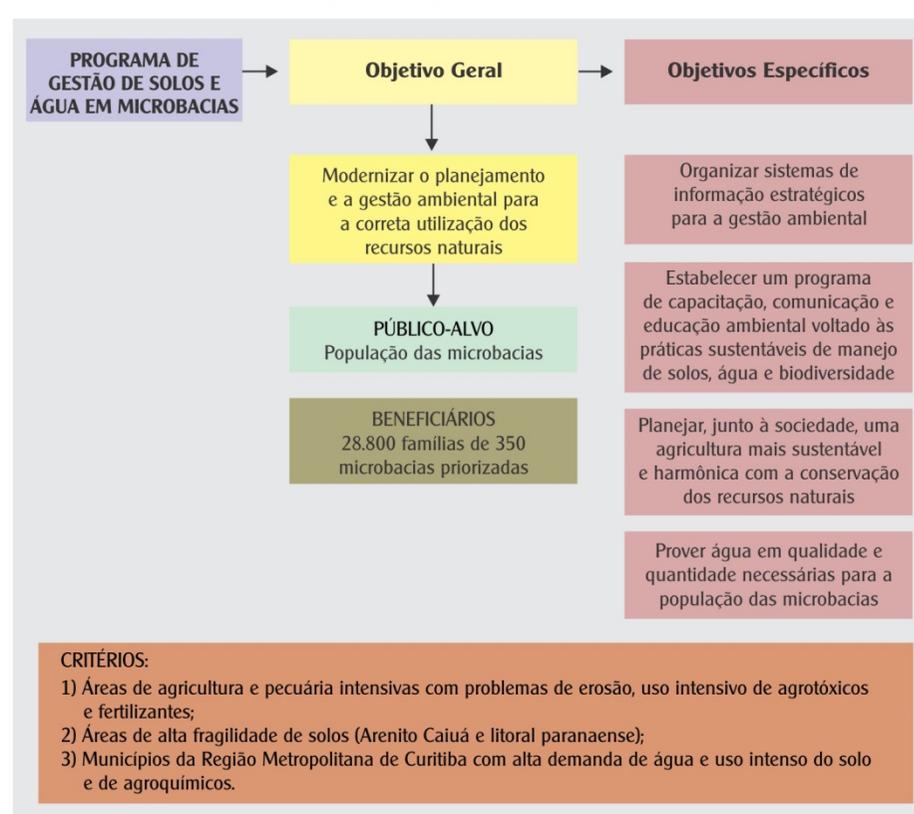
FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF

DIAGRAMA 1 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA PRÓ-RURAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 2 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Com a construção do Modelo Lógico, foram definidos 12 (doze) indicadores de produto para o programa PRÓ-RURAL, visando fomentar a inserção socioprodutiva dos agricultores familiares beneficiários. Para o programa Gestão de Solos e Água em Microbacias foram estabelecidos 8 (oito) indicadores de produto para incrementar a gestão sustentável dos recursos naturais (quadro 2).

No quadro 3 constam os indicadores de Desenvolvimento, Intermediário e de Desembolso relativos ao Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculados aos respectivos programas.

QUADRO 2 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - MODELO LÓGICO - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2015

continua

PRODUTO	PGE 1 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL – PRÓ-RURAL							
	Unidade de Medida	Realizado/ Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do ano de 2015	Indicador	%
102 escritórios reformados, 100 veículos adquiridos e rede de TI da EMATER modernizada	Número	82	102	0	0	0	Taxa de escritórios reformados	80,39
	Número	131	100	0	0	0	Taxa de veículos adquiridos	131,00
250 técnicos capacitados por meio da realização de 103 cursos	Número	906	150	0	396	396	Taxa de técnicos capacitados	868,00
50 convênios firmados para aquisição de 30 carros e/ou 50 kits de equipamentos de informática	Número	0	25	0	0	0	Taxa de convênios firmados	0,00
21 mil famílias atendidas pela ATER pública oficial	Número	17.338	8.000	4.648	4.768	9.416	Taxa de famílias atendidas	334,43
9.600 pessoas capacitadas por meio de 320 cursos	Número	17.103	4.000	0	10.864	10.864	Taxa de pessoas capacitadas	699,18
210 propostas de negócios financiadas	Número	0	75	25	15	15	Taxa de propostas de negócios	20,00
75 projetos-pilotos e iniciativas inovadoras apoiados	Número	0	15	0	0	0	Taxa de projetos-pilotos e iniciativas inovadoras apoiados	0,00
4.000 processos ajuizados	Número	1.402	1.700	0	163	163	Taxa de processos ajuizados	92,06
6.200 lideranças capacitadas por meio de 206 eventos	Número	4.747	2.500	0	593	593	Taxa de lideranças capacitadas	213,60
7 consórcios intermunicipais apoiados por meio da disponibilização de patrulhas rodoviárias e de recursos para o custeio da adequação de estradas	Número	Não se aplica	7	0	0	0	Não se aplica	0,00
1.600 operadores e 400 gestores capacitados na execução e gestão de estradas rurais	Número	0	800	0	0	0	Taxa de operadores capacitados	0,00
	Número	0	200	0	0	0	Taxa de gestores capacitados	0,00
7 planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados	Número	Não se aplica	7	0	0	0	Taxa de planos de gestão elaborados	0,00

QUADRO 2 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - MODELO LÓGICO - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2015

conclusão

PRODUTO	PGE 2 - PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS							
	Unidade de Medida	Realizado/ Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do ano de 2015	Indicador	%
389 escritórios municipais, 21 escritórios regionais e a sede estadual da EMATER e 21 escritórios regionais e a sede estadual da SEAB com equipamentos adquiridos	Número	0	410	0	0	0	Taxa de kits adquiridos	0,00
490 profissionais qualificados (27 cursos, temas: tecnologias da conservação, de produção, de informação e fiscalização; totalizando carga horária de 350 horas)	Número	537	290	0	155	155	Taxa de profissionais qualificados	238,62
Integração de sistemas de informações em 1 (um) cadastro multifinalitário	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
200 cursos sobre geotecnologias, manejo e conservação de solos, água e biodiversidade, práticas agroecológicas (para 4.000 pessoas, 200 cursos e carga horária total de 1.600 horas)	Número	1.121	1.000	0	1.004	1.004	Taxa de pessoas qualificadas	212,50
120 eventos (dias de campo e excursões), 2 campanhas estaduais de comunicação de massa e participação em 70 feiras (montagem de estande educativos)	Número	56	60	0	28	28	Taxa de eventos realizados	140,00
	Número	2	1	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de campanhas realizadas	200,00
	Número	12	30	4	2	6	Taxa de participação em feiras	60,00
480 sistemas de abastecimento de água	Número	54	150	52	42	94	Taxa de sistemas de abastecimento de água	98,67
40 negócios comunitários sustentáveis instalados	Número	Não se aplica	15	Não se aplica	0	Não se aplica	Taxa de negócios instalados	Não se aplica
350 planos de ação de microbacias validados pela comunidade	Número	110	150	2	38	40	Taxa de planos validados	100,00

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

QUADRO 3 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS PRÓ-RURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - SETOR 1, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 2015

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 02/2016	META ALCANÇADA NO PERÍODO				PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
					01/01/2015 a 30/06/2015	01/07/2015 a 30/12/2015	Total 2015	%	
					Abs.	Abs.	Abs.		
Associações de agricultores apoiados pelo projeto com melhoria do acesso e integração aos mercados produtivos	Percentual	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Relatório do M&A do Projeto.
Número de agricultores familiares treinados e recebendo assistência técnica	Número	17.338	8.000	Não se aplica	4.648	4.768	9.416	⁽¹⁾ 117,70	Número de agricultores que receberam assistência técnica (serviços de extensão em produção agrícola e gestão de serviços agrícolas) e treinamento (seminários, <i>workshops</i> , cursos técnicos, etc.), somente na área do Pró-Rural.
Número de Terras Indígenas com projetos apoiados	Número	1	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Lista de Associações de Terras Indígenas com acordos assinados e amostra de convênios publicados no Diário Oficial.
Número de propostas de negócios sustentáveis aprovadas e financiadas	Número	27	75	75	25	25	25	33,33	Lista de propostas de projetos de associações aprovadas no edital de chamada pública.
Número de Planos de Ação de microbacias elaborados	Número	110	150	150	112	38	150	100,00	Lista de planos de ação de microbacias (elaborado de acordo com o MOP) e amostra de planos.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

- ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial
- IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD
- IS - Indicador Social
- ID - Indicador de Desembolso

(1) % de desempenho calculado tendo em vista a meta do ano, por não haver meta específica para o período.

CONTEXTO

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL - PRÓ-RURAL

- Desde a efetividade do projeto, em 13 de janeiro de 2014, o progresso das atividades do PRÓ-RURAL tem se dado de forma moderadamente satisfatória. Enquanto as metas para 2015 das atividades de capacitação dos beneficiários e instituições rurais e de regularização fundiária foram alcançadas com sucesso, as atividades dos investimentos produtivos e adequação de estradas rurais tiveram uma execução muito abaixo das metas estabelecidas. Até o momento, o Programa desembolou somente 9,6% do total dos recursos alocados.
- Os principais fatores que afetaram a execução do Programa PRÓ-RURAL foram: a) morosidade na liberação orçamentária e financeira dos recursos nos últimos dois anos pela Secretaria de Estado da Fazenda e nos processos de licitação; b) entraves legais no repasse de recursos financeiros em apoio a Associações e Cooperativas de Produtores para implantação de projetos de negócios sustentáveis; e c) sobrecarga das equipes de campo da EMATER para a execução das atividades programadas em função da não contratação de novos técnicos, conforme previsto.
- Dado o atual fluxo de implementação, o Programa dificilmente alcançará as metas originais previstas no acordo de empréstimo, havendo necessidade de reestruturação do mesmo e extensão no prazo de encerramento do projeto.
- Em decorrência das dificuldades operacionais para o repasse de recursos por meio de convênios para associações de produtores, o indicador de desembolso "Número de propostas de negócios sustentáveis aprovadas e financiadas" não foi atendido no segundo semestre de 2015. Das 25 propostas selecionadas, conforme informado no 1º semestre, 15 delas apresentaram todos os requisitos para a formalização do convênio. Até o momento estão sendo apoiadas 20 associações de agricultores na melhoria do acesso e integração aos mercados produtivos. A formalização dos convênios com o repasse dos recursos financeiros está programada para o primeiro semestre de 2016.
- Para agilizar o apoio a associações e cooperativas de produtores, o Instituto EMATER adotou como procedimento a mobilização das organizações de modo a prepará-las para que participem na próxima Chamada Pública e a meta seja atingida. Cumpre destacar que a aprovação da Lei Estadual 18.689, em 23 de dezembro de 2015, que regulamenta e possibilita o repasse de recursos a cooperativas de agricultores familiares, além das associações, facilitará o apoio ao financiamento das propostas de negócios selecionadas.
- Levantamento e mobilização das associações e cooperativas, existentes na área de atuação do PRÓ-RURAL, estão sendo feitos pela EMATER. Até o momento já foram contactadas 74 associações e 97 cooperativas de produtores, trabalho que deverá assegurar o alcance das metas planejadas para 2016.

- Com relação à regularização fundiária, até o final de 2015, foram ajuizadas 1.539 propriedades de pequenos agricultores. Esses números representam 38,5% do total de famílias previstas até o final do projeto. Para o cumprimento total da meta, o ITCG já realizou o georreferenciamento e o levantamento documental de mais 4.163 propriedades, envolvendo uma área de 45.083,9 hectares, que estão em fase de organização documental para posterior envio à Defensoria Pública visando ao ajuizamento.
- O processo de aquisição das patrulhas rodoviárias (licitação internacional para aquisição de máquinas e equipamentos) está em fase de conclusão. As máquinas e equipamentos adquiridos deverão ser entregues no início de 2016. Dessa forma, a discussão para seleção dos consórcios municipais deverá ser concluída no início de 2016 e, concomitantemente, deverá ser trabalhado o fortalecimento dos mesmos para a gestão de estradas. Por consequência, nenhum quilômetro de estrada foi adequado até o momento com recursos do Programa e, portanto, não foi identificado nenhum caso de reassentamento involuntário no âmbito da execução do Programa.¹

PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS

- Para a modernização da gestão em microbacias foi programada a melhoria da infraestrutura operacional no âmbito estadual, regional e municipal da EMATER, com aquisição de equipamentos de informática e outros. Esta meta deverá ser viabilizada no início de 2016 visto que, em virtude de dificuldades operacionais – como a reformulação e atualização das especificações técnicas, definição das quantidades dos itens, disponibilidade orçamentária, compatibilização da demanda das diferentes instituições beneficiárias e morosidade na tramitação do processo de aquisição –, não foi possível a concretização da mesma em 2015.
- A Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento ampliou a equipe de monitoramento e gestão do projeto com mais dois novos profissionais em nível central. Por outro lado, um contingente de 200 técnicos será contratado pelo Instituto EMATER, no primeiro semestre de 2016, para reforçar os trabalhos de campo junto às microbacias selecionadas.
- Após dois anos de execução do projeto, a implementação das atividades do Programa de Microbacias tem avançado satisfatoriamente, principalmente com relação à capacitação dos técnicos e beneficiários, e na elaboração de Planos de Ação das Microbacias. No entanto, há atrasos na formalização e execução de convênios com as prefeituras e na implantação completa do Sistema de Abastecimento de Água, principalmente no que concerne aos compromissos assumidos pelas municipalidades.

¹ Maiores informações sobre o tema Reassentamento Involuntário nas obras de adequação de estradas rurais podem ser observadas no tópico 2 do Apêndice 2 deste relatório.

- O cumprimento da meta de instalações de Sistema de Abastecimento de Água deve ser acelerado com os procedimentos operacionais que estão em fase de implantação, como o Estado assumir a instalação completa do sistema nos municípios que não formalizarem os convênios.
- A implantação do sistema de abastecimento de água, que consiste na perfuração de poços e na instalação de infraestrutura para o fornecimento da água diretamente aos beneficiários, atingiu, até o final de 2015, 185 poços perfurados, dos quais 95 (51,4%) já se encontram com sistemas de distribuição de água em operação. No segundo semestre de 2015 não foi perfurado nenhum novo poço. Contudo, foram iniciadas, pelo AGUASPARANÁ, atividades administrativas visando à licitação de novas obras de perfuração para 2016. E, no sentido de buscar soluções para o aumento da efetividade da ação, cobrou-se das prefeituras a tomada de medidas para a instalação dos sistemas de distribuição de água. Nas obras realizadas até 2015 não foi verificado nenhum caso de reassentamento involuntário.²
- Além disso, o AGUASPARANÁ tomou as seguintes medidas para corrigir as deficiências no acompanhamento e controle das obras: 1) notificou em setembro de 2015 todas as prefeituras com obras de rede de distribuição incompletas; 2) criou uma equipe de fiscalização das obras composta por um coordenador e três fiscais. Esta equipe foi oficializada por meio da Portaria nº 06/2016 – AGUASPARANÁ, a ser editada em fevereiro de 2016, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o andamento das obras e o cumprimento das obrigações previstas nos convênios celebrados por esta autarquia, com o objetivo de realizar a perfuração de poços tubulares nos municípios do Estado do Paraná; 3) em face da paralisação de nove obras e interrupção do contrato com a empresa prestadora dos serviços, o AGUASPARANÁ deve iniciar nova licitação para a conclusão destas obras; 4) alterações na estratégia operacional – o AGUASPARANÁ, SEAB e EMATER alteraram a estratégia operacional para realizar as novas licitações de forma a: a) contar com o envolvimento direto dos técnicos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento por meio do Instituto EMATER, inserindo-os nas discussões com as comunidades desde o diagnóstico, implementação até a conclusão e operacionalização dos sistemas de abastecimento de água, a partir de 2016; b) inserir no apoio a ser concedido recursos para o financiamento do material necessário à implantação da rede básica de distribuição de água; 5) o AGUASPARANÁ e a UGP estabeleceram o dia 30/06/2016 como prazo-limite para que as prefeituras concluam a complementação das obras; 6) o AGUASPARANÁ deverá elaborar modelo de Termo de Acompanhamento de Fiscalização das Obras e submeter à apreciação da UGP até o dia 29/02/2016; 7) o AGUASPARANÁ poderá utilizar os recursos previstos para custeio na Iniciativa nº 3.037 (Programa Gestão de Solos e Águas em Microbacias) para assegurar as ações de fiscalização e acompanhamento das obras integrantes do Programa; 8) capacitação de

² Maiores informações sobre o tema Reassentamento Involuntário nas obras de construção de sistemas de abastecimento de água podem ser observadas no tópico 2 do Apêndice 2 deste relatório.

técnicos do AGUASPARANÁ (sede) – a capacitação em aquisições ocorreu em 01/12/2015 junto aos demais executores do projeto.

- Os Planos de Ação das Microbacias são devidamente validados pelas comunidades, estabelecendo assim as referências para a gestão compartilhada e para adoção de práticas conservacionistas. A Unidade Técnica do Programa organizou uma força-tarefa para analisar os 150 Planos de Ação das Microbacias recebidos até o final de 2015. A meta do período referente ao indicador de desembolso registrou um percentual de cumprimento de 100%. No entanto, a meta anual para 2015 não foi cumprida. O acumulado é de 150 Planos de Ação de Microbacias. Com o objetivo de implementar práticas conservacionistas, em 51 destes foram firmados convênios com os municípios.
- Em face da aprovação da Lei Estadual 18.689, que regulamenta o repasse a cooperativas e associações de agricultores familiares, a equipe executora avaliará a viabilidade de repassar recursos para as associações e cooperativas implementarem os planos de ação das microbacias.

2.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - SETOR 2

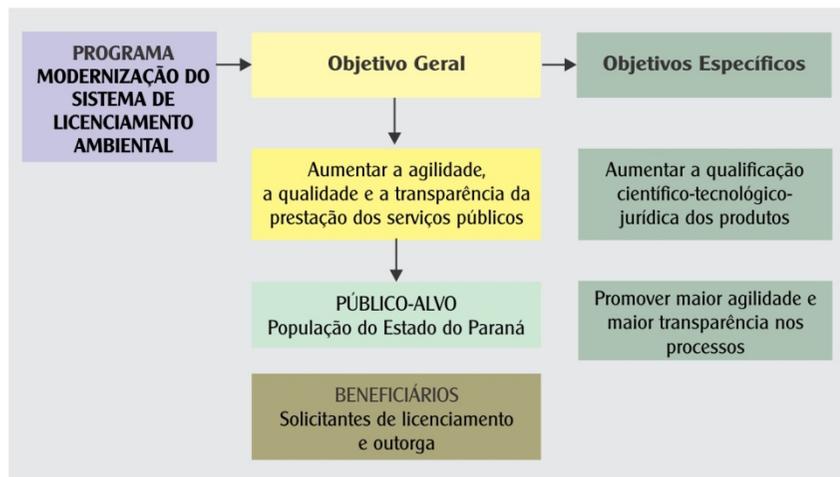
O setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres atuará em duas frentes: na modernização dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental e na reestruturação do sistema gestão, prevenção e resposta a riscos e desastres. O objetivo central é fortalecer a capacidade do Estado de atender às demandas desta área. O setor organiza sua ação nos programas: Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental, com ênfase na eficiência das práticas de licenciamento ambiental, e Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, visando melhorar a prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (tabela 2, diagramas 3 e 4).

TABELA 2 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO 2015

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 30/06/2015) (B)	Executado no Período (jul./2015 a dez./2015) (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Falta Executar (B+C)/A (%)
3045/3035/3046 - Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	17.180.000	5.144.561	721.000	11.314.439	65,86
3044/3043/3036/3008 - Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	27.755.000	6.696.401	655.725	20.402.874	73,51
TOTAL	44.935.000	11.840.961	1.376.725	31.717.314	70,58

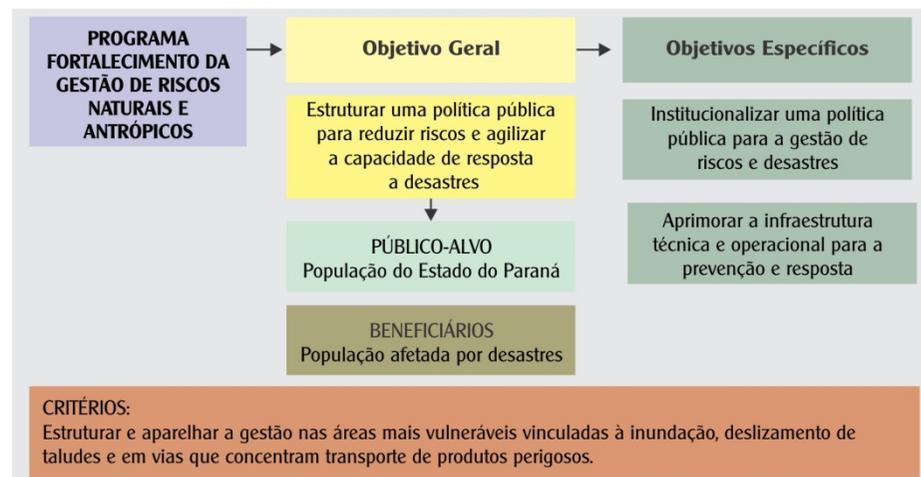
FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF

DIAGRAMA 3 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 4 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Com a construção do Modelo Lógico, foram definidos cinco indicadores de produto para o programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental visando à melhoria da tramitação dos processos de licenciamento e outorga. Em relação ao programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, foram formulados nove indicadores de produto objetivando aumentar a capacidade de prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (quadro 4).

O indicador de desenvolvimento do setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres corresponde ao percentual de cobertura das áreas do Estado mais expostas aos perigos naturais. No caso dos indicadores intermediários, constam dois indicadores dos respectivos programas; no tocante ao indicador de desembolso, constam dois indicadores (quadro 5).

QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2015

continua

PRODUTO	PGE 3 - PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL							
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do Ano de 2015	Indicador	%
01 Sistema de Informações integrado	Texto	0,2	Módulos para avicultura, suinocultura, comércio e serviços em desenvolvimento, com implantação prevista no primeiro semestre/2015	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Sistema implantado	Não se aplica
01 Sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados operando e 06 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá)	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de estruturação da rede de monitoramento do ar	Não se aplica
60 Estações pluvio-fluviométricas telemétricas instaladas, operando e com manutenção	Número	60	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de instalação das estações pluviométricas	Não se aplica
5 Regiões do Estado com Balcões Únicos de Atendimento instalados e em funcionamento; Compilação da Legislação Ambiental	Número	0	2	0	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de acesso ao Sistema de Informação Integrado	Não se aplica
22 Municípios com Descentralização Compartilhada de Licenciamento e Fiscalização	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de descentralização de licenciamento e fiscalização	Não se aplica
PRODUTO	PGE 4 - PROGRAMA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS							
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do Ano de 2015	Indicador	%
Institucionalização do conselho estadual para a gestão de riscos e desastres ambientais	Texto	Conselho criado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Institucionalização do Conselho	Não se aplica
Instrumento Legal que institui a Política Estadual	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Instrumento legal formalizado	Não se aplica
1 Estudo técnico com cenários ambientais Paraná 2030 e 1 Plano de gestão de riscos hidrometeorológicos em áreas metropolitanas	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de instrumentos técnico-operacionais concluídos e/ou realizados	Não se aplica

QUADRO 4 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - MODELO LÓGICO - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2015

conclusão

PRODUTO	PGE 4 - PROGRAMA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS							
	Unidade de Medida	Realizado Acumulado até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do Ano de 2015	Indicador	%
Sistemas Autônomos de Previsão Hidrológica; Sistema de Processamento, Integração e Informações; Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva; Sistema de Mapeamento da Cobertura e Uso do Solo e Monitoramento Ambiental	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de sistemas para monitoramento e gestão	Não se aplica
Mapa do Estado com identificação dos riscos de desastres	Percentual de cobertura das áreas mais expostas aos perigos naturais	4,96%	10%	4,96%	0	4,96%	Taxa de mapeamento de riscos de desastres	49,60
Sala de Monitoramento e Alerta de Desastres em funcionamento	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Sala de monitoramento e alerta de desastres em operação	Não se aplica
5 salas fixas e 5 salas móveis de Gerenciamento de Desastres Regionais; 1 sala fixa e 1 sala móvel de Gerenciamento de Desastres Central na coordenadoria da Defesa Civil	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de instalação de estrutura física	Não se aplica
Realização de cursos para representantes de 15 regionais da Defesa Civil	Número	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de capacitação	Não se aplica
Plataforma VANT em operação para a coleta de dados em áreas de difícil acesso	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Plataforma VANT em funcionamento	Não se aplica

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

QUADRO 5 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - 2015

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 02/2016	META ALCANÇADA NO PERÍODO				PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
					01/01/2015 A 30/06/2015	01/07/2015 A 31/12/2015	Total 2015	%	
					Abs.	Abs.	Abs.		
Melhoria da identificação dos riscos e desastres	Percentual	4,96	10	Não se aplica	4,96%	4,96%	4,96%	(1)49,6	Percentual de cobertura das áreas mais expostas aos perigos naturais. O trabalho envolve vários passos e vários níveis de detalhamento. O primeiro estudo identifica perigo, em seguida vulnerabilidades, e posteriormente a avaliação de risco. Estudos hidrogeológicos detalhados são conduzidos para as áreas de risco identificadas.
Fortalecimento do monitoramento e gestão de riscos e desastres e sistema de alerta hidrometeorológico	Texto	Sala de situação para alerta hidrometeorológico implantado no AGUASPARANÁ	Compra de equipamentos	Não se aplica	Não se aplica	0	0	0	Aquisição e instalação dos equipamentos para Monitoramento de Riscos e Desastres e Sistema de Alerta, estabelecimento de uma Central de Gestão de Desastres.
Número de municípios autorizados por resolução do CEMA para a descentralização do licenciamento e da fiscalização ambiental	Número	Não se aplica	17	Não se aplica	16	16	16	(1)94,12	Número de municípios com sistema de licenciamento ambiental e sistema de monitoramento descentralizados.
Implementação de um subsistema de recursos hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos	Texto	Subsistema de Recursos Hídricos com TdR 90% elaborado	Contrato assinado e mapeamento dos processos iniciado	Contrato assinado e o mapeamento dos processos inivados	Termo de Referência em elaboração	Termo de Referência em elaboração	Termo de Referência em elaboração	0,00	Termo de Referência para o desenho e implementação do Subsistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos.
Estabelecimento da Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres	Texto	Não se aplica	Minuta de Lei que estabelece a Política e Plano de Gestão de Riscos e Desastres considerados satisfatórios pelo Banco	Plano de Gestão de Riscos e Desastres aprovado pelo Banco	Minuta satisfatória para o Banco	0	Minuta satisfatória para o Banco	0,00	Estrutura da Política: relatório descrevendo a estrutura da política, atores participantes e acordos estabelecidos para tornar a política operacional; Plano do DRM do Estado: relatório definindo as ações específicas para a implementação da estrutura da política; Lei: cópia do documento.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

■ ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial

■ IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD

■ ID - Indicador de Desembolso

(1) % de desempenho calculado tendo em vista a meta para o ano de 2015 por não haver meta específica para o período.

CONTEXTO

PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- O ano de 2015 foi de poucos avanços em função das restrições financeiras por que passou o Estado. A tramitação dos sete processos de licitação em curso foi mais morosa do que o previsto, e muitas das atividades propostas tiveram seu cronograma de execução reduzido para que pudessem ser realizadas dentro do prazo de execução do Acordo de Empréstimo. Há vários processos de licitação iniciados e que necessitam celeridade para que possam ter seus produtos recebidos dentro do prazo de vigência do Acordo de Empréstimo.
- Em função do atraso nas licitações, o Estado pretende solicitar a prorrogação na data de encerramento do Acordo de Empréstimo. No entanto, como essa possibilidade necessita ser aprovada pelo governo federal e Banco Mundial, a missão acordou que as atividades de licitação terão continuidade considerando-se o atual prazo contratual do Acordo de Empréstimo, a saber, 30 de novembro de 2017.
- Para a implantação do Sistema de Informações Integrado das instituições ambientais, meta prevista para 2017, a Unidade Técnica do Programa está trabalhando em duas atividades: a) na seleção de consultoria para desenvolvimento do sistema de informações e gestão ambiental e de recursos hídricos, que está em fase de conclusão; e b) complementarmente, com recursos do Estado, por meio de parceria com a CELEPAR, no desenvolvimento e implantação dos módulos relativos ao licenciamento ambiental.
- O indicador de desembolso "Número de regiões do Estado com balcões únicos instalados para acesso a serviços de licenciamento ambiental" foi substituído pela implementação de um subsistema de recursos hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos (SIGARH)". Essa alteração foi acordada com o Banco durante a missão realizada em agosto e setembro de 2015 e registrada no contrato de empréstimo oficializado em 5 de janeiro de 2016.

PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS

- No tocante às atividades do Programa, observou-se um progresso desde o último semestre no que se refere à elaboração de Termos de Referência e Editais e Promulgação de Licitações.
- Entre os investimentos que deverão ser concretizados em 2016 visando dar suporte ao programa destacam-se: a) concepção técnica do sistema de radares – Banda X – em Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá; b) licitação para equipar a sala de monitoramento meteorológico; c) licitação de Wall Screen, 1 plotter e 6 work-stations para equipar a sala de monitoramento meteorológico; d) aquisição de equipamentos para monitoramento de descargas atmosféricas; e) sistema integrado de armazenamento de dados; f) levantamento da cartografia do litoral por radar; g) setorização de riscos na Região Metropolitana de Curitiba; e h) mapeamento de inundações no núcleo central da Região Metropolitana de Curitiba e nas cidades de Morretes e Francisco Beltrão.

- Por outro lado a Defesa Civil, executora de parte do programa, está trabalhando para o fortalecimento e estruturação de uma Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil e de 16 postos de Comando Regional. Os investimentos em andamento que deverão ser implantados em 2016 envolvem aquisição de equipamentos de hardware e software, mobiliário, telefonia, viaturas, infraestrutura física e capacitação para atender a eventos de águas rápidas, inundações, enxurradas, alagamentos, busca e resgate em estruturas colapsadas e em deslizamentos de terreno. Esta rede terá como objetivo: a) gerenciar em tempo real as ocorrências envolvendo proteção e defesa civil no Estado do Paraná; b) possibilitar o desenvolvimento de procedimentos dentro das cinco fases das ações de proteção e defesa civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação); c) facilitar a interação entre os componentes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil durante todas as fases; d) aperfeiçoar o fluxo de informações entre os responsáveis pelas ações de monitoramento, alerta e alarme; e) integrar as comunicações entre a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil e Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil; e f) possibilitar o acompanhamento constante das ações envolvendo ajuda humanitária, desde a solicitação, deslocamento até a entrega de todo o material.
- Ainda, para o fortalecimento dos Comandos Regionais de Proteção e Defesa Civil, será implantada a Força Estadual de Resposta a Desastres, composta por integrantes dos comandos contemplados com viaturas e equipamentos, totalizando 160 homens e mulheres com capacidade de resposta e articulação, integração operacional ao Sistema de Comando de Incidentes, nivelamento de instrução e procedimentos.
- Quanto ao Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil (indicador de desembolso), foi solicitado que o mesmo deixe de constar como um dos critérios de desembolso, tendo em vista que a meta inicial se referia à construção da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil, e a mesma foi cumprida integralmente com a publicação do Decreto Estadual 9.557, de 6 de dezembro de 2013. Ainda, neste sentido, a CEPDEC consultou a Defesa Civil Nacional quanto à elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, dada a importância do mesmo como base orientadora para a elaboração do Plano Estadual, e a resposta do ente federal, por meio do ofício 4.041, de 29 de dezembro de 2015, foi de que a regulamentação da Lei Federal 12.608/12 estava em fase de negociação de responsabilidade dos órgãos setoriais do SINPDEC sob articulação da Casa Civil do governo federal, e que o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil tem previsão de elaboração de um ano após a regulamentação da Lei nº 12.608/2012.

2.3 EDUCAÇÃO - SETOR 3

Com a educação assumida como bem público, cabe ao Estado assegurar a equidade no acesso à escola e garantir a permanência e a aprendizagem dos alunos. Os três programas do setor Educação contribuem para o cumprimento desse compromisso. O programa Sistema de

Avaliação da Aprendizagem enfrenta o problema da "insuficiência de informações necessárias para o direcionamento pedagógico sobre o desempenho dos alunos". O programa Formação em Ação visa à atualização e formação dos profissionais de educação. O programa Renova Escola objetiva a melhoria do ambiente escolar, com a manutenção e conservação dos prédios escolares e a disponibilização de equipamentos e mobiliários (tabela 3 e diagramas 5, 6 e 7).

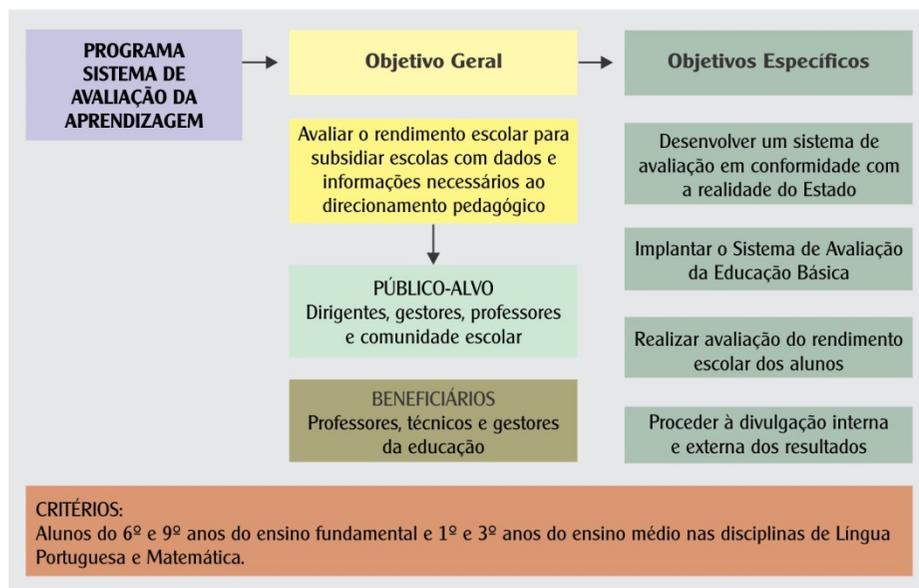
TABELA 3 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 3, EDUCAÇÃO - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO 2015

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 30/06/2015) (B)	Executado no Período (jul./2015 a dez./2015) (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Falta Executar (B+C)/A (%)
3018 - Sistema de Avaliação da Aprendizagem	15.422.800	8.771.855	966.193	5.684.752	36,86
3017 - Formação em Ação	95.990.670	32.550.835	8.921.439	54.518.396	56,80
4094 - Renova Escola	261.652.550	138.650.564	1.917.230	121.084.757	46,28
TOTAL	373.066.020	179.973.254	11.804.863	181.287.904	48,59

FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF

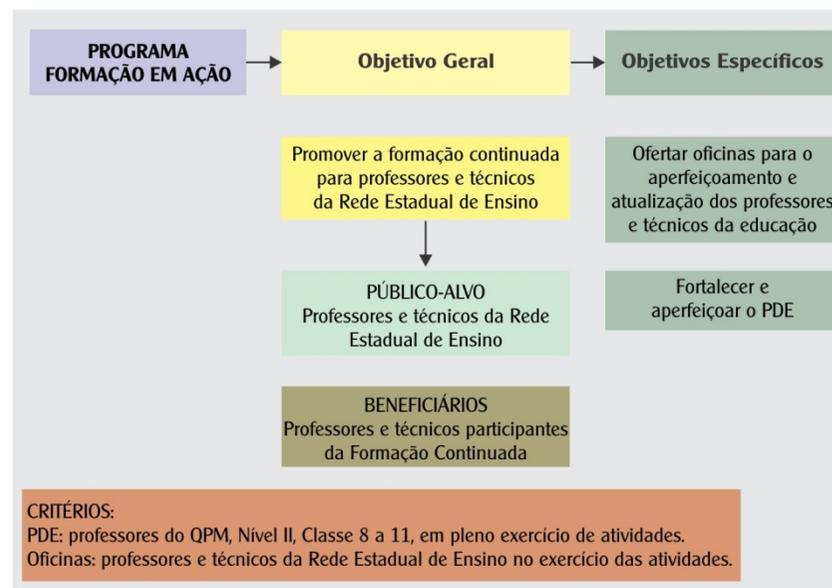
NOTA: Programa Renova Escola – 4094. Foram deduzidos do valor executado no período R\$ 4.671.697,51 referentes a despesas classificadas indevidamente conforme Relatório Exercício 2014 - Achado Auditoria n.º 8 - Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE).

DIAGRAMA 5 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM



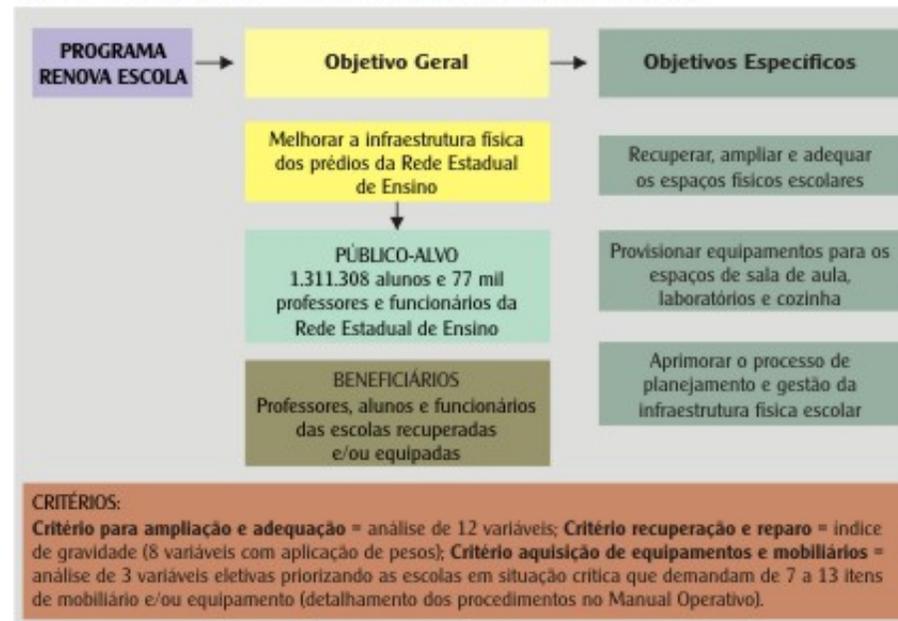
FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 6 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 7 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Nos modelos lógicos construídos para os três programas do setor Educação, foram definidos cinco indicadores de produto para o programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem, que pretende subsidiar o direcionamento pedagógico da escola. Cinco indicadores de produto para o programa Formação em Ação, com vistas à promoção do aperfeiçoamento profissional de professores e técnicos da educação. E, para o programa Renova Escola, três indicadores de produto direcionados à melhoria das condições de infraestrutura física das escolas (quadro 6).

No quadro 7 consta um indicador de desenvolvimento relativo ao setor Educação, três indicadores intermediários e três indicadores de desembolso relativos aos programas.

QUADRO 6 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - SETOR 3 - EDUCAÇÃO - 2015

continua

PGE 5 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM								
PRODUTO	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do ano de 2015	Indicador	%
Núcleo Estadual de Avaliação em funcionamento	Texto	Coordenação composta de 6 pessoas	Instalação do núcleo: 4 pessoas designadas para constituir o núcleo	Coordenação composta de 5 pessoas	0	Coordenação composta de 5 pessoas	Implantação do Núcleo	100,00
Sistema de Avaliação da Educação Básica operando	Número	1	1	Não se aplica	0	0	1 Sistema	100,00
Matrizes de referência elaboradas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática para a avaliação	Número	2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	2 Matrizes	100,00
Avaliação anual de 500 mil alunos das escolas da rede pública estadual nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	Número	683.041	1.000.000	0	0	0	Taxa de alunos avaliados	68,30
Resultados das 8 avaliações publicados e divulgados	Número	Realização de 3 avaliações de duas disciplinas e elaboração de 18 revistas para divulgação dos resultados	Realização da quarta avaliação	0	0	0	Taxa de resultados publicados e divulgados	75,00
PGE 6 - FORMAÇÃO EM AÇÃO								
PRODUTO	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do ano de 2015	Indicador	%
5.300 oficinas anuais realizadas em 32 NRE sobre conteúdos das 14 disciplinas curriculares e outros temas para professores e técnicos	Número	5.157	5.300	3.148	2.475	⁽¹⁾ 5.623	Taxa de realização de oficinas	106,09
	Número	29.729	24.568	26.386	22.378	⁽¹⁾ 24.382	Taxa de participação dos técnicos em oficinas de capacitação	99,24
	Número	79.443	57.887	60.378	51.988	⁽¹⁾ 56.183	Taxa de participação dos professores em oficinas de capacitação	97,06

QUADRO 6 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - SETOR 3 - EDUCAÇÃO - 2015

conclusão

PGE 6 - FORMAÇÃO EM AÇÃO								
PRODUTO	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do ano de 2015	Indicador	%
2.000 vagas anuais ofertadas para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico (8.000 mil professores) para uma formação continuada de 2 anos em articulação com as universidades públicas do Estado - PDE	Número	(2)6.040	4.000	0	0	0	Taxa de vagas ofertadas no PDE	151,00
7.390 professores formados por meio do Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE	Número	5.841	4.030	331	1.959	2.290	Taxa de conclusão	201,76
Aplicação de 4.000 propostas didático-pedagógicas do PDE nas escolas	Número	3.187	2.000	Não se aplica	1.039	1.039	Taxa de escolas com propostas pedagógicas do PDE aplicadas	211,30
7.600 artigos científicos publicados e 6.920 materiais didático-pedagógicos produzidos	Número	5.750	3.930	138	1.959	2.097	Taxa de publicação de artigos	199,67
	Número	5.000	3.460	180	Não se aplica	180	Taxa de produção de materiais	149,71
PGE 7 - RENOVA ESCOLA								
PRODUTO	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do ano de 2015	Indicador	%
Desenvolvimento e aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização dos estabelecimentos de ensino	Número	1	Não se aplica	1	1	1	Documento técnico com o resultado da aplicação dos critérios	100,00
Escolas da Rede Estadual reformadas ou ampliadas	Número	287	205	28	8	36	Taxa de escolas reformadas e/ou ampliadas	157,56
Equipamentos e mobiliários adquiridos	Número	719	500	84	2	86	Taxa de escolas equipadas e mobiliadas	161,00

FONTES: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

(1) % de desempenho calculado tendo em vista a média dos resultados obtidos no ano por tratar-se de meta não cumulativa.

(2) As metas absolutas de capacitações de professores e técnicos são revistas semestralmente e ajustadas de acordo com o número de profissionais informado pelos recursos humanos e as metas percentuais do ID (Indicador de Desemboço) constantes no quadro 7.

QUADRO 7 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - SETOR 3 - EDUCAÇÃO - 2015

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 02/2016	META ALCANÇADA NO PERÍODO				PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
					01/01/2015 a 30/06/2015	01/07/2015 a 31/12/2015	Total 2015	%	
					Abs.	Abs.	Abs.		
Taxa de sobrevivência das séries finais do ensino fundamental	Percentual	84,20	79,20	Não se aplica	Dado a ser disponibilizado em jan./2016	84,20	84,20	106,31	Relatório da equipe executora do Programa elaborado a partir dos dados do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) e dados do Censo Escolar.
Número de professores formados por meio do Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE	Número	5.841	4.030	Não se aplica	6.172	8.131	8.131	201,76	Relatório de M&A do Projeto e lista de professores formados por meio dos cursos oferecidos pelo PDE.
Fortalecimento da capacidade da SEED no monitoramento e avaliação de programas de formação continuada de professores	Número	Não se aplica	Relatório de Avaliação Intermediária do PDE	Não se aplica	0	0	0	0,00	Relatório de M&A do Projeto.
Melhoria da gestão de infraestrutura física das escolas da SEED/SUDE	Texto	Módulos de diagnóstico e planejamento de obras desenvolvidos pela CELEPAR	Desenvolvimento do módulo de acompanhamento e execução das obras	Não se aplica	Homologado em abril de 2015 o módulo de diagnóstico e planejamento de obras	Desenvolvimento do módulo reparos. Implementação em todos os NREs do Módulo Obras <i>online</i>	Implantado o módulo de diagnóstico e planejamento. Desenvolvimento do módulo reparos. Implementação em todos os NREs do Módulo Obras <i>online</i>	75,00	Relatório da Unidade Técnica do Programa apresentando os resultados dos trabalhos da CELEPAR no que se refere ao desenvolvimento do sistema de gestão de obras.
Professores que atuam em escolas indígenas capacitados	Número	437	557	Não se aplica	554	700	627	112,57	Relatório do Programa Formação em Ação contendo o número de professores que compõem o quadro de pessoal das escolas indígenas e o número e tema das oficinas, e ainda o número de professores que atuam na educação escolar indígena participantes das oficinas.
Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem instalado e operando	Número	Realização de 3 avaliações	Realização da quarta avaliação	Realização da quarta avaliação	Não se aplica	0	0	0,00	Avaliação: relatório da SEED incluindo o número de escolas, alunos, resultados da avaliação, etc. Publicação e disseminação: relatório e publicação.
Percentual de professores participando de oficinas para troca de experiências	Percentual	85,00	85,00	85,00	85,00	82,00	82,00	96,47	Soma do número de professores que participaram das oficinas no semestre anterior e no semestre de referência do relatório, dividido pela soma do número de professores em exercício inscritos na folha de pagamento nos meses em que foram realizadas as oficinas, multiplicado por 100.
Número de escolas da Rede Pública Estadual reformadas ou ampliadas	Número	287	205	205	315	323	323	157,56	Reforma e/ou ampliação: obras concluídas com certificado assinado pelo Secretário da Educação.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

- ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial
- IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD
- IS - Indicador Social
- ID - Indicador de Desembolso

CONTEXTO

PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- O núcleo estadual de avaliação, com a atribuição de implementar o sistema de avaliação, está em funcionamento como uma Coordenação de Planejamento e Avaliação. Esta coordenação foi institucionalizada em 2012, no âmbito da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais.
- O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) foi concebido e implantado em 2012, com o objetivo de produzir informações para monitorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Para estruturar e operacionalizar o sistema de avaliação, a SEED contratou assessoria técnica especializada da Fundação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, que desenvolveu e aplicou três avaliações; porém, o contrato foi rescindido pela SEED.
- No ano de 2015 não foi aplicada a avaliação prevista, não sendo atendido o indicador de desembolso relativo a esta meta.
- Para a continuidade das avaliações programadas, deverá ser discutida com o Banco uma reprogramação das mesmas para os anos de 2016 e 2017. Deverá ainda ser desenvolvido um Termo de Referência que dará suporte à elaboração do edital de contratação de empresa para realização do SAEP em 2016 e 2017. A SEED propôs que seja realizada uma avaliação no final de 2016 e mais duas avaliações em 2017, uma no início e outra no final do ano. Estão sendo programadas, ainda, modificações no escopo do projeto com a inclusão de avaliação para alunos do EJA e também provas, na língua materna, para alunos do 6º ano do Ensino Fundamental das escolas indígenas (guarani e kaingang), e possibilidade de substituir o questionário sociocontextual por avaliação institucional nas três instâncias da SEED (escola, NRE e sedes da SEED) a partir de 2017.

PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

- Dada a greve dos professores ocorrida entre 9 de fevereiro e 9 de março, e de 26 de abril a 9 de junho de 2015, as oficinas de capacitação dos professores previstas para o primeiro semestre de 2015 foram realizadas somente no mês de agosto. Contudo, a equipe do Banco, durante a missão realizada em agosto/setembro, entendeu as justificativas da SEED e aceitou a meta do indicador como atingida.
- Em relação às atividades de 2015, a SEED apresentou as ações realizadas destacando um Grupo de Trabalho constituído por representantes do programa PDE das Instituições de Ensino Superior (estaduais e federais), SEED e SETI, e a realização do Grupo de Trabalho em Rede (GTR). Este grupo realizou duas reuniões presenciais e uma reunião virtual, com as IES, e uma virtual com os representantes do PDE nos Núcleos Regionais da Educação, além de trocas de informação por outros meios de comunicação, que resultaram em proposições de mudanças no

modelo pedagógico do Programa, respeitando-se a legislação vigente (Lei Estadual nº 130/2010). Das proposições coletadas, serão implementadas na Turma PDE 2016 as seguintes: a) inserção do professor PDE na escola a partir do primeiro ano, com carga horária mínima de 40 horas, objetivando um melhor planejamento do Projeto de Intervenção Pedagógica e maior socialização dos estudos acadêmicos com os demais professores da escola; b) redução de Atividades de Inserção Acadêmicas Presenciais, de 64 para 32 horas, e implantação de 96 horas de Atividades de Inserção Acadêmica a Distância, com o objetivo de ampliar as possibilidades de estudos nas áreas específicas do Programa, bem como realizar cursos ministrados por outras IES que não aquela a que o professor está vinculado no Programa; c) encontros de orientação – seis presenciais e dois a distância em cada semestre; d) acréscimo de 32 horas de cursos diversificados, para atender necessidades regionais; e) acréscimo de estudos sobre diversidade e desafios sociais contemporâneos nos cursos de Fundamentos da Educação; e f) substituição do Seminário de Encerramento pelo Seminário de Avaliação Final com presença de público externo.

- Em relação ao PDE, foi confirmado o início das atividades da Turma 2015, em 22 de fevereiro de 2016. Para evitar conflito de informação e facilitar a comunicação interna, convencionou-se chamar esta nova oferta de Turma PDE 2016, consciente de que não houve Turma PDE 2015. O total de professores a ingressar no PDE em 2016 foi de 1.874.
- A SEED apresentou dados de materiais produzidos até o final de 2015. Destacam-se: a) 7.847 artigos científicos publicados; e b) 5.180 materiais didático-pedagógicos publicados. Esses dados sofrerão pequenos ajustes após a finalização da revisão documental da turma que concluiu o Programa em 2015.

PROGRAMA RENOVA ESCOLA

- Os avanços de 2015 foram pouco significativos em função da revisão dos processos internos da SEED no que diz respeito ao planejamento, acompanhamento, monitoramento e recebimento das obras do Renova Escola. Observa-se que não foi concluído o trabalho da sindicância interna para apuração das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado no exercício 2014.
- A SEED modificou sua estratégia de execução das obras do Programa, sendo que: a) as obras de ampliação e grandes reparos que necessitem de projetos arquitetônicos (contratação centralizada) serão executados pela Paraná Edificações, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL); b) os serviços de reparos sem necessidade de projeto (contratação centralizada e reparos descentralizados) permanecem sob a responsabilidade da SEED. A contratação dos reparos descentralizados, pela SEED, será realizada por meio de pregão eletrônico, não mais com carta-convite, como previsto no Manual Operativo do Programa, dando maior agilidade e transparência à contratação da obra.

- A SEED adotou várias medidas para ter maior garantia de que os problemas detectados pelo Tribunal de Contas (Achados da Auditoria – Exercício 2014) não continuem ocorrendo, como: a) procedimentos de controle no acompanhamento da execução das obras escolares, com obrigatoriedade de registro no Sistema Banco de Obras; e b) redefinição das atribuições das coordenações e fluxos dos processos. A SEED acredita que, além das diversas medidas, a emissão de instruções normativas para fiscalização e a exigência da anexação de elementos técnicos nas faturas que demonstrem os percentuais medidos irão evitar novas ocorrências dos problemas que foram apontados pelo Tribunal de Contas.
- Conforme solicitado pela especialista de gestão financeira do Banco, foi elaborado um "Mini Manual Operativo" com os fluxos e quadro de responsabilidades para o programa Renova Escola. Este documento está em análise na Secretaria de Planejamento para encaminhamento ao Banco. O especialista do Banco solicitou que a versão final seja enviada para o seu conhecimento.
- Durante o ano de 2015, foram atendidas 36 escolas (com termos de recebimento da obra), totalizando 323 escolas. Das 36 escolas, duas foram beneficiadas com obras de ampliações, durante o primeiro semestre de 2015. No programa de reparos foram atendidas 34 escolas em três modalidades: 3 reparos centralizados; 30 reparos descentralizados e 1 reparo emergencial. A meta do indicador de desembolso foi ultrapassada.
- A SEED deu continuidade, no segundo semestre de 2015, à distribuição dos mobiliários-equipamentos adquiridos em 2013 e 2014, bem como distribuiu fogões, que foi o único equipamento adquirido em 2015. No primeiro semestre, 84 escolas saíram da situação crítica de atendimento e, no segundo semestre, duas escolas, totalizando 86 escolas para cumprimento da meta de atendimento. Os processos das aquisições planejadas para 2015 (conjunto escolar, conjunto professor, balança para agricultura familiar e ventilador) iniciaram em junho/2015. No momento, esses equipamentos já foram licitados e o conjunto escolar/conjunto professor e balança aguardam a não objeção do Banco para finalização do processo licitatório. Quanto aos ventiladores, estão aguardando a publicação da Ata de Registro de Preços. Para 2016, está planejada a aquisição de mobiliário em aço, mesas e cadeiras.
- Escolas Indígenas (PPI) – A SEED iniciou uma obra de ampliação em 2015 para a construção das oito escolas em substituição aos prédios existentes, e a construção prevista de 14 quadras de esporte que não ocorreu pois aguardava-se liberação de recursos federais.

2.4 SAÚDE - SETOR 4

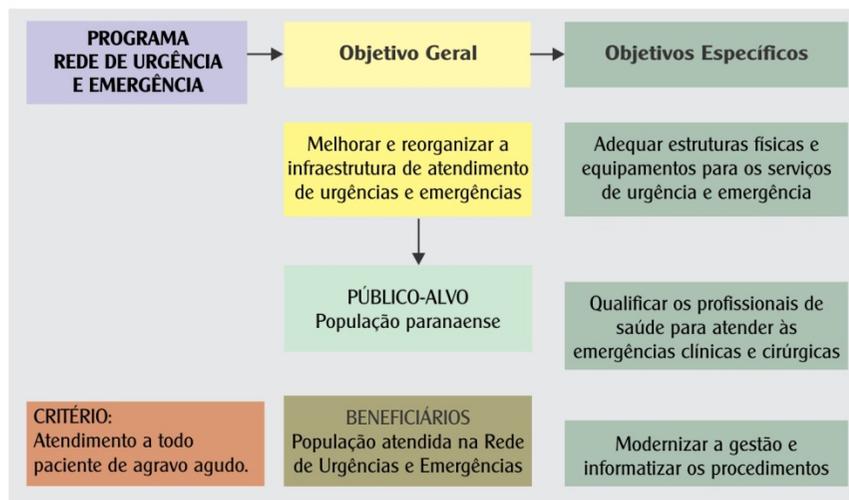
No contexto do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, as ações do setor Saúde estão voltadas à redução da mortalidade materna e infantil, enfatizando-se a prestação de cuidados primários e especializados de qualidade para mulheres grávidas e crianças até um ano de vida (Rede Mãe Paranaense), bem como a redução da mortalidade por causas externas (Rede de Urgência e Emergência) – tabela 4, diagramas 8 e 9.

TABELA 4 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 4, SAÚDE - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO 2015

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)				
	Previsto Total (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 30/06/2015) (B)	Executado no Período (jul./2015 a dez./2015) (C)	Saldo Total a Executar A-(B+C)	Falta Executar (B+C)/A (%)
4161 - Rede de Urgência e Emergência	357.209.420	322.683.574	123.202.351	-88.676.505	0
4162 - Rede Mãe Paranaense	359.817.900	213.940.928	126.771.779	19.105.193	5,31
TOTAL	717.027.320	536.624.502	249.974.130	-69.571.312	0

FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo n.º 8.201/BR; SEFA-SIAF

DIAGRAMA 8 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA



FUNTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 9 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE



FUNTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Com a construção do Modelo Lógico foram definidos sete indicadores de produto para o programa Rede de Urgência e Emergência, com vistas à ampliação e melhoria do atendimento aos pacientes. O programa Rede Mãe Paranaense, com nove indicadores de produto, pretende garantir qualidade no funcionamento da rede (quadro 8).

No quadro 9 consta um indicador setorial, dois indicadores de desembolso e dois de resultado intermediário dos programas.

QUADRO 8 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃE PARANAENSE - SETOR 4 - SAÚDE - 2015

continua

PRODUTO	PGE 8 - PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA							
	Unidade de Medida	Realizado/Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do ano de 2015	Indicador	%
8 helipontos, 1 helicóptero e 80 ambulâncias disponibilizadas + 100 ambulâncias equipadas para o transporte intermunicipal	Número	1 heliponto em construção; 1 helicóptero e 1 avião em operação regular	3 helipontos e 1 helicóptero	1 heliponto em construção; 1 helicóptero e 1 avião em operação regular	1 heliponto em construção; 1 helicóptero e 1 avião em operação regular	1 heliponto em construção; 1 helicóptero e 1 avião em operação regular	Taxa de instalação de helipontos	0,00
	Número	202	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de disponibilização de ambulâncias	Não se aplica
Aumento de 29% do total de 1.176 nos leitos de UTI (350 leitos) (200 leitos adultos, 50 leitos pediátricos, 100 leitos neonatais), 180 leitos de emergência e 40 salas cirúrgicas equipadas. Equipamentos para o SADT (3 tomógrafos, 7 RX digitais)	Percentual	30,87	30,87	31,95	40,88	40,88	Taxa de leitos de UTI	132,43
	Número	Não se aplica	60	0	25	25	Taxa de leitos de emergência	41,67
	Número	1	14	0	0	0	Taxa de salas cirúrgicas	7,14
Complexo regulador do SUS implantado, com sistema operacional de regulação	Texto	4	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de implantação do complexo regulador	Não se aplica
Atualização de protocolo assistencial	Texto	24	10	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de hospitais com protocolos assistenciais atualizados	Não se aplica
Incentivo financeiro implantado em 12 SAMUs Regionais e 20 hospitais	Número	24	20	24	22	22	Taxa de implantação de incentivo a hospitais	120,00
	Número	12	12	12	12	12	Taxa de implantação de incentivo a SAMUs Regionais	100,00
2 mil alunos capacitados em cursos de 12 a 60 horas	Número	4.673	800	730	222	952	Taxa de realização de capacitação	703,13
80% dos hospitais com dirigentes capacitados em cursos de especialização e capacitação gerencial (20 hospitais)	Percentual	85	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Taxa de capacitação de gestão dos hospitais	Não se aplica

QUADRO 8 - INDICADORES DE PRODUTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃE PARANAENSE - SETOR 4 - SAÚDE - 2015

conclusão

PRODUTO	PGE 9 - PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE							
	Unidade de Medida	Realizado/ Acumulado Até 31/12/2014	Meta 2015	Realizado			Desempenho	
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do ano de 2015	Indicador	%
Aplicação do fator de Redução das Desigualdades para hierarquização dos municípios	Texto	O fator de redução das desigualdades tem sido usado para alocação dos recursos aos municípios, conforme resolução SESA	Não se aplica	Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade	Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade	Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade	Municípios priorizados	Não se aplica
180 UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas	Número	16	60	32	46	78	Taxa de construção, reforma e/ou ampliação de UBS	156,67
180 UBS equipadas para atendimento (média de 60 por ano)	Número	225	60	29	39	68	Taxa de UBS equipadas	488,33
391 Municípios com incentivo financeiro para o atendimento nas APS	Número	391	391	391	391	391	Taxa de municípios atendidos com incentivo financeiro	100,00
30 mil profissionais da Atenção Primária à Saúde melhor qualificados	Número	36.800	30.000	2.168	3.537	5.705	Taxa de qualificação profissional	141,68
127.830 gestantes com carteira nas UBS	Percentual	102,55	30,00	83,00	143,90	113,50	Taxa de gestantes com carteira nas UBS	(1)378,33
127.830 crianças com carteira nas UBS	Percentual	88,95%	30,00	109,40	110,50	110,00	Taxa de crianças com carteira nas UBS	(1)366,67
127.830 gestantes com classificação de risco na atenção primária	Percentual	61,30	30,00	69,20	55,50	62,40	Taxa de gestantes inscritas no SISPRENATAL com registro e classificação de risco	(1)208,00
127.830 gestantes com atenção e referência hospitalar garantidas nas intercorrências e no parto	Percentual	61,30	15,00	69,20	55,50	62,40	Taxa de referência hospitalar para o parto	(1)416,00

FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

(1) % de desempenho calculado tendo em vista os resultados obtidos no ano por tratar-se de meta não cumulativa.

QUADRO 9 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E REDE MÃE PARANAENSE - SETOR 4 - SAÚDE - 2015

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 02/2016	META ALCANÇADA NO PERÍODO				PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/ FONTE DE INFORMAÇÃO
					01/01/2015 a 30/06/2015	01/07/2015 a 31/12/2015	Total 2015	%	
Redução da taxa de mortalidade materna (número de mortes por 100 mil nascidos vivos)	Percentual	51,21	35,00	Não se aplica	37,55	36,66	36,61	104,60	Relatório da equipe executora do Programa elaborado a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informações sobre Mortalidade Materna.
Percentual de aumento do número de leitos de UTI habilitados no Estado do Paraná	Percentual	30,87%	30,87	Não se aplica	31,95	40,88	40,88	132,43	Relatório M&A do Projeto.
Avaliação do impacto da redução de partos prematuros em mulheres grávidas com <i>chlamydia</i> devido à aplicação de teste de detecção rápida de antígeno durante o pré-natal	Texto	Não se aplica	Termos de Referência preparados e aprovados pelo Banco	Não se aplica	Não se aplica	0	0	0,00	Relatório da M&A do Projeto - Sistema de Informação Hospitalar.
Percentual de gestantes com alto risco de complicações no parto que foram referenciadas a um hospital participante da Rede Mãe Paranaense por Unidades Básicas de Saúde	Percentual	88,15	80,00	80,00	99,90	74,30	87,20	109,00	Relatório comparando os dados dos dois sistemas: Sistema de Informação de Pré-Natal (SIS-PRENATAL) e Sistema de Informação Hospitalar.
Proporção entre o número de nascidos vivos e o número de gestantes que passaram por mais de 7 consultas de pré-natal	Percentual	80,80	80,00	80,00	87,00	99,00	99,00	123,75	Dados do sistema SIS-PRENATAL.

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Sinal convencional utilizado:

0 - Não foi atingida a unidade adotada.

■ ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial

■ IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD

■ ID - Indicador de Desembolso

CONTEXTO

PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

- A implementação do programa Rede de Urgência e Emergência, que abrange intervenções no âmbito das redes temáticas de Urgência e Emergência e de Atenção Materno-Infantil (Rede Mãe Paranaense), não sofreu descontinuidade no seu processo de implementação e continua apresentando resultados importantes para o sistema de saúde estadual. Tendo como base as constatações verificadas no semestre anterior, em que foram identificadas dificuldades para a manutenção regular dos repasses financeiros aos municípios participantes das redes apoiadas pelo projeto, foi informado que a situação atual desta condição, nos últimos meses de 2015, começou a ser regularizada, não havendo, neste momento, indicativo de que tal condição venha a se repetir.
- Houve reunião interna com os gestores das secretarias envolvidas (SESA, SEPL e SEFA), no sentido de esclarecer e demonstrar o efeito direto e imediato que esta situação exerce nos indicadores do componente e, a partir daí, estabelecer a priorização e garantia do repasse dos incentivos acordados, tendo em vista a importância técnica para o alcance e a sustentabilidade dos resultados já alcançados.
- Por outro lado, verifica-se que o programa Rede de Urgência e Emergência, apesar das dificuldades financeiras por que passou o Estado, já superou o montante de recursos financeiros previsto para ser aplicado até novembro de 2017.
- Acredita-se que já nas próximas mensurações alguns indicadores muito sensíveis aos incentivos financeiros acordados, especialmente os que garantem a manutenção dos profissionais nas unidades de atenção secundária e terciária de referência, e que já começavam a apresentar tendência de declínio para os próximos períodos, apresentem uma reversão de expectativas imediata.
- Ressalte-se ainda, como destacado na missão anterior, que a regularidade das transferências financeiras é fundamental para o desempenho do Programa. Verifica-se que o arranjo técnico e operacional acordado, quando da conformação da rede de atenção materno-infantil e de urgência e emergência no Estado, exige a manutenção de equipes de saúde nos três níveis de atenção (primária, secundária e terciária).
- Auditoria e Controle – a partir do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas Estadual, foram discutidas iniciativas de gestão interna para mitigar as ressalvas apresentadas e garantir o adequado monitoramento e documentação das intervenções apoiadas, a saber: a) criação de um Grupo de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação responsável pelo monitoramento técnico e operacional das intervenções do componente, com o objetivo de estabelecer e fortalecer ações e mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação dos processos administrativos que envolvam despesas elegíveis atuais e novas ou ampliadas, de aplicação direta pela SESA ou indireta pelo Projeto/Componentes 1 - SWAP e 2 Assistência Técnica; b) atendimento dos propósitos do Projeto e do Banco, com observância das diretrizes do Banco Mundial nas despesas elegíveis atuais e novas ou ampliadas, de aplicação direta pela SESA ou indireta por meio de apoio e suporte às unidades técnicas dos programas Rede Paraná de Urgência e Emergência e Rede Mãe Paranaense na SESA. Nessa direção, foi iniciado em novembro de 2015 um processo amplo de treinamento dos municípios executores sobre as condições de execução do Projeto, abrangendo até

o momento a capacitação de 1.180 pessoas de 372 municípios, abrangendo 93% dos municípios do Paraná; e c) formalização de um termo de cooperação entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Paraná Edificações, órgão da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, para a fiscalização das obras financiadas no âmbito do Projeto, em todas as suas etapas.

PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE

- A implementação do programa Rede de Urgência e Emergência, que abrange intervenções no âmbito das redes temáticas de Urgência e Emergência e de Atenção Materno-Infantil (Rede Mãe Paranaense), não sofreu descontinuidade no seu processo de implementação e continua apresentando resultados importantes para o sistema de saúde estadual.
- Para a melhoria da estrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde, a SESA tem repassado recursos a 391 municípios paranaenses, seja por meio de convênio ou de repasse fundo a fundo, para apoiar a construção, a reforma, ou a ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Um acompanhamento detalhado a respeito do andamento de cada uma das obras está em curso pela SESA em conjunto com a SEPL/UGP e a Paraná Edificações. Também foi formalizado um termo de cooperação entre a Secretaria de Estado de Saúde e a Paraná Edificações, órgão da Secretaria de Infraestrutura e Logística, para a fiscalização das obras financiadas no âmbito do Programa, em todas as suas etapas.
- O cronograma de pagamento às unidades hospitalares de referência para a Rede Mãe Paranaense e os repasses aos municípios para o custeio das unidades de atenção primárias foram regularizados.
- Verifica-se que o programa Rede Mãe Paranaense aplicou o montante de 94,7% do total dos recursos financeiros previstos até novembro de 2017, apesar das dificuldades financeiras do Estado.
- Auditoria e Controle – a partir do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas Estadual, foram discutidas iniciativas de gestão interna para mitigar as ressalvas apresentadas e garantir o adequado monitoramento e documentação das intervenções apoiadas, das quais as seguintes já estão sendo implementadas: a) criação de um Grupo de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação responsável pelo monitoramento técnico e operacional das intervenções do componente, com o objetivo de estabelecer e fortalecer ações e mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação dos processos administrativos que envolvem despesas elegíveis atuais e novas ou ampliadas, de aplicação direta pela SESA ou indireta pelo Projeto/Componentes 1 - SWAP e 2 Assistência Técnica; b) atendimento dos propósitos do Projeto e do Banco, e observância das diretrizes do Banco Mundial nas despesas elegíveis atuais e novas ou ampliadas, de aplicação direta pela SESA ou indireta por meio de apoio e suporte às unidades técnicas dos programas Rede Paraná de Urgência e Emergência e Rede Mãe Paranaense na SESA. Nesta direção, já foi iniciado em novembro de 2015 um processo amplo de treinamento dos municípios executores sobre as condições de execução do Projeto, abrangendo até o momento a capacitação de 1.180 pessoas de 372 municípios, 93% dos municípios do Paraná; e c) formalização de um termo de cooperação entre a Secretaria de Estado de Saúde e a Paraná Edificações, órgão da Secretaria de Infraestrutura e Logística para a fiscalização das obras financiadas no âmbito do Projeto, em todas as suas etapas.

INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE "ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ"

Para o Componente 2, os procedimentos de acompanhamento dos indicadores de execução física obedeceram uma lógica distinta, em razão da especificidade e da natureza das atividades desse componente, que contempla um conjunto de ações voltadas à modernização administrativa e apoio técnico e financeiro para o cumprimento de alguns objetivos relacionados aos programas do Componente 1. Constitui o setor 5 do projeto denominado Gestão do Setor Público.

Neste componente, as ações são 100% custeadas com recursos financeiros disponibilizados pelo Banco Mundial, no montante de US\$ 35 milhões, ficando esses recursos alocados na iniciativa orçamentária nº 3.039 (alterada na LOA 2016 de nº 3.016 para nº 3.039) da Administração Geral do Estado (AGE), sob a supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Os gastos serão realizados de acordo com programação, acordada com o Banco Mundial, sendo os processos desencadeados pelas solicitações das unidades envolvidas na execução do projeto e efetivados pela SEPL.

A modalidade de desembolso prevista para o Componente 2 é de adiantamento à conta designada; ou seja, o Estado solicita ao Banco recursos financeiros para iniciar os processos de aquisição e contratação. Assim, esses procedimentos foram adotados após a assinatura do acordo de empréstimo.

Ressalte-se que as ações do setor 5 não foram objeto de aplicação da metodologia do Modelo Lógico, em virtude do conteúdo das atividades, caracterizado pela transversalidade e apoio ao fortalecimento do planejamento, organização e gestão. As ações e os executores desse componente constam no quadro 10.

QUADRO 10 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA, AÇÕES E EXECUTORES - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2015

COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5, GESTÃO DO PODER PÚBLICO		
INICIATIVA PPA N.º	AÇÕES	EXECUTOR
Administração Geral do Estado (AGE) - 3039	Qualidade fiscal	SEPL, SEFA
	Modernização Institucional	SEPL, SEAP, IPARDES, CGE
	Gestão mais eficiente dos recursos humanos	SEPL e SEAP
	Apoio à agricultura de baixo impacto ambiental	SEPL e SEAB
	Apoio à modernização do sistema de licenciamento ambiental	SEPL, SEMA, IAP, AGUASPARANÁ, ITCG
	Apoio à gestão de riscos naturais e antrópicos	SEPL, SEMA, IAP, ÁGUASPARANÁ, ITCG, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL
	Educação	SEPL e SEED
	Saúde	SEPL e SESA

FONTE: SEPL - Manual Operativo do Projeto

3.1 EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Para implementar as 30 ações previstas, a Unidade de Gerenciamento do Projeto, na condição de responsável por esse componente, em cooperação com os diversos executores, no período pós-assinatura do contrato, concentrou esforços técnicos e institucionais no trabalho de elaboração dos Termos de Referência exigidos para a realização das ações programadas. No quadro 11 estão relacionados os objetos referentes aos termos de referência e especificações em tramitação, com valor estimado e/ou contrato atual, tipo de aquisição, prazo ainda necessário para concluir o processo e seleção e/ou aquisição e prazo de execução previsto em cada proposta. O valor total do processo de seleção é de aproximadamente 128 milhões de reais.

QUADRO 11 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SEGUNDO TERMOS DE REFERÊNCIA EM TRAMITAÇÃO – PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO DE 2015

continua

COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ						
Setor 5 - Gestão do Setor Público	Executor	Objeto	Valor Estimado ou Contratado	Tipo	Prazo restante do Processo de Seleção ou Aquisição	Prazo de Execução
Qualidade Fiscal (Subcomponente 2.1)	SEPL/ SEFA	Sistema de Gestão Tributária - SGT	R\$ 49.400.000,00	LPI	4 meses	18 meses
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2)	SEPL/ CGE	Seleção de consultoria para o desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação integrada, para os Sistemas de Controle Interno, Sistema de Ouvidoria, Sistema de Corregedoria e Sistema de Transparência e Acesso a Informação	R\$ 4.359.647,50	Seleção de Consultoria	3 meses	12 meses
	SEPL	Aquisição de equipamentos de informática (SEAP, SEPL, IPARDES, CGE e SEMA)	R\$ 5.200.000,00	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	30 dias	30 dias
	SEPL	Aquisição de mobiliário e divisórias (SEAP e IPARDES)	R\$ 857.076,00	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	2 meses	40 dias
	SEPL	Aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos (SEAP e IPARDES)	R\$ 272.170,00	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	2 meses	30 dias
	SEPL/ SEAP	Seleção de consultoria para estudo de modelo ideal para composição e dimensionamento da frota de veículos oficiais do Estado do Paraná	R\$ 1.377.423,45	Seleção de Consultoria	4 meses	4 meses
	SEPL/ SEAP	Serviços de atualização do cadastro imobiliário do Estado do Paraná	R\$ 14.500.000,00	Contratação de Serviços	Contratado	21 meses
	SEPL/ IPARDES	Contratação de consultoria individual para assessoramento técnico ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), na execução da Avaliação de Impacto da Ação de Regularização Fundiária	R\$ 100.000,00	Consultor Individual	2 meses	6 meses
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2) - Desenvolvimento Regional	SEPL/ SEPL	Seleção de consultoria para elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Estado do Paraná - PDS-LITORAL	R\$ 3.504.902,77	Seleção de Consultoria	4 meses	12 meses
	SEPL/ SEPL	Seleção de consultoria para elaboração do Plano Regional Sustentável do Eixo das Metrópoles de Londrina, Apucarana e Maringá – Plano da Metrópole Paraná Norte	R\$ 3.584.326,79	Seleção de Consultoria	5 meses	12 meses

QUADRO 11 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SEGUNDO TERMOS DE REFERÊNCIA EM TRAMITAÇÃO – PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO DE 2015

continua

COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ						
Setor 5 - Gestão do Setor Público	Executor	Objeto	Valor Estimado ou Contratado	Tipo	Prazo restante do Processo de Seleção ou Aquisição	Prazo de Execução
Modernização Institucional (Subcomponente 2.2) - Desenvolvimento Regional	SEPL/SEAP	Governo sem Papel – esse projeto fará parte do Programa Estadual de Desburocratização instituído pelo Decreto n.º 28/2015 e terá abrangência em todo o Estado. Especificamente no âmbito do Departamento Estadual de Arquivo Público: Gestão eletrônica de documentos – Aquisição de equipamento para digitalização	R\$ 1.100.000,00	Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento	3 meses	30 dias
	SEPL/SEAP	Governo sem Papel – esse projeto fará parte do Programa Estadual de Desburocratização instituído pelo Decreto n.º 28/2015 e terá abrangência em todo o Estado. Especificamente no âmbito do Departamento Estadual de Arquivo Público: Gestão eletrônica de documentos – Contratação de serviço especializado em digitalização	R\$ 2.500.000,00	Contratação de Serviços	3 meses	18 meses
Gestão Mais Eficiente dos Recursos Humanos (Subcomponente 2.3)	SEPL/SEAP	Seleção de consultoria para capacitação estratégica dos quadros públicos do Estado do Paraná, nas modalidades presencial e a distância	R\$ 4.899.999,96	Seleção de Consultoria	Contratado	21 meses
	SEPL/SEAP	Seleção de consultoria para elaboração de Plano de Dimensionamento da Força de Trabalho da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná	R\$ 3.932.607,05	Seleção de Consultoria	6 meses	24 meses
	SEPL/SEAP	Seleção de consultoria para desenvolver um modelo de gestão de segurança e saúde ocupacional para os servidores públicos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná	R\$ 3.432.558,87	Seleção de Consultoria	6 meses	12 meses
	SEPL/SEAP	Seleção de consultoria especializada para desenho de modelos de sistemas de saúde complementar, para os servidores públicos do Estado do Paraná - SAS	R\$ 1.639.375,92	Seleção de Consultoria	5 meses	5 meses
Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (Subcomponente 2.5)	SEPL/SEMA	Seleção de consultoria para o desenvolvimento do Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH), composto pelo subsistema de Cadastro de Recursos Hídricos (CRH), Subsistema de Monitoramento de Recursos Hídricos (SMRH) e Subsistema de Gestão de Bacias Hidrográficas (SGBH)	R\$ 8.900.000,00	Seleção de Consultoria	4 meses	15 meses
	SEPL/SEMA	Seleção de empresa especializada para implantar a Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA)	R\$ 3.800.000,00	Seleção de Consultoria	4 meses	15 meses
Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (Subcomponente 2.6)	SEPL/SEMA	Seleção de consultoria em engenharia especializada em cartografia e sensoriamento remoto para elaboração de Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra	R\$ 3.567.310,10	Seleção de Consultoria	4 meses	15 meses
	SEPL/SEMA	Elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Inundações na Região Metropolitana de Curitiba e nos municípios de Francisco Beltrão e Morretes	R\$ 3.017.839,29	Seleção de Consultoria	6 meses	24 meses

QUADRO 11 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SEGUNDO TERMOS DE REFERÊNCIA EM TRAMITAÇÃO – PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - DEZEMBRO DE 2015

conclusão

COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ						
Setor 5 - Gestão do Setor Público	Executor	Objeto	Valor Estimado ou Contratado	Tipo	Prazo restante do Processo de Seleção ou Aquisição	Prazo de Execução
Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (Subcomponente 2.6)	SEPL/DEFESA CIVIL	Seleção de consultoria para concepção de sistema local de alerta precoce de potenciais desastres naturais	R\$ 600.000,00	Seleção de Consultoria	5 meses	10 meses
Saúde (Subcomponente 2.8)	SEPL/SESA	Curso de capacitação em gestão hospitalar	R\$ 2.149.850,46	Seleção de Consultoria	6 meses	19 meses
	SEPL/SESA	Seleção de consultoria para estudar o impacto da introdução do implante anticoncepcional nas adolescentes e usuárias de drogas, no período pós-parto imediato e naquelas que tiverem interesse no uso do método para evitar gravidez precoce, e como consequência interferir no indicador de mortalidade infantil	R\$ 1.884.815,00	Seleção de Consultoria	6 meses	15 meses
	SEPL/SESA	Reanimação - Contratação da SBP/SPP para capacitar profissionais médicos e enfermeiros na atenção qualificada e resolutive do recém-nascido, através da realização de 10 cursos nas 4 macrorregiões de Saúde do Estado	R\$ 300.000,00	Contratação Direta	3 meses	12 meses
	SEPL/SESA	Contratação de consultor para elaboração do projeto executivo da tutoria na APS, capacitação dos tutores e monitoramento do projeto	R\$ 503.823,48	Seleção de Consultoria	6 meses	12 meses
	SEPL/SESA	Advanced Cardiac Life Support (ACLS), curso teórico-prático para profissionais médicos e enfermeiros de protocolo de atendimento pré e intra-hospitalar (10 cursos)	R\$ 265.600,00	Contratação de Serviços	3 meses	12 meses
	SEPL/SESA	Curso de capacitação em Advanced Life Support In Obstetrics (ALSO) para os médicos e enfermeiros representantes de hospitais que integram o Programa e/ou que atendam na Rede Mãe Paranaense	R\$ 1.275.652,00	Contratação Direta	3 meses	12 meses
	SEPL/SESA	Advanced Trauma Life Support (ATLS), curso teórico-prático para profissionais médicos com simulações realísticas e treinamento de habilidades para aplicação de protocolo de atendimento ao paciente vítima de trauma, reconhecido pelas sociedades de especialidades internacionais e validado pelo Comitê de Trauma do Colégio Americano dos Cirurgiões	R\$ 320.000,00	Contratação de Serviços	3 meses	12 meses
	SEPL/SESA	Suporte Avançado de Vida em Pediatria (PALS), curso teórico-prático para profissionais médicos e enfermeiros de emergência, atuantes nos Serviços de Emergência pré-hospitalar/SAMU/SIATE	R\$ 280.000,00	Contratação de Serviços	3 meses	12 meses
	SEPL/SESA	Prehospital Trauma Life Support (PHTLS), curso teórico-prático para profissionais médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores de veículos de emergência, atuantes nos Serviços de Emergência pré-hospitalar/SAMU/SIATE	R\$ 242.000,00	Contratação de Serviços	3 meses	12 meses
TOTAL	R\$/US\$	R\$ 127.766.978,64	US\$ 35.591.670,47			

FONTE: SEPL/CDG/UGP – Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

NOTA: Para a conversão do real, utilizou-se a cotação de 3,5898 do dia 18/04/2016 (BCB).

Verifica-se risco de não cumprimento do cronograma das atividades de assistência técnica no período de vigência do contrato de empréstimo. Das ações programadas para o Componente 2, sete processos estão com o cronograma de execução somado ao prazo da realização da aquisição ou da seleção muito próximos de ultrapassar a vigência do Acordo de Empréstimo, e outros seis processos já ultrapassaram a data limite de 30/11/2017.

Neste contexto, a UGP deverá iniciar tratativas imediatas junto ao Banco Mundial e governo federal no sentido de pleitear prorrogação de Acordo de Empréstimo em 22 meses, a fim de possibilitar uma adequada execução e maturação dos processos de consultoria a serem contratados.

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No quadro 12 constam os indicadores de monitoramento do Setor 5 (Gestão do Setor Público), relacionados à Qualidade Fiscal, Modernização Institucional e Gestão mais Eficiente dos Recursos Humanos, com metas transversais identificadas como imprescindíveis para a construção do "novo jeito de governar", com foco nos resultados e em consonância com as demandas da sociedade. Os indicadores das ações Apoio à Modernização do Licenciamento Ambiental, Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde foram objeto de acompanhamento no respectivo setor, uma vez que se referem a metas para o cumprimento dos objetivos dos programas setoriais.

QUADRO 12 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 - PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2015

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ATÉ 31/12/2014	META ANUAL 2015	META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 31/12/2015	META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/07/2015 A 31/12/2015		PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO
		Abs.	Abs.	Abs.	Abs.	%	
Melhorar as competências essenciais dos servidores civis	Texto	Não se aplica	Não se aplica	Plano de desenvolvimento de competências preparado, incluindo cronogramas, atividades e metodologia.	0	0,00	Desembolso 5 - Plano de Desenvolvimento de Competências Desembolso 6 - Número de servidores civis treinados, apresentado por gênero Desembolso 7 - Número de servidores treinados, apresentados por gênero, não acumulado com as metas do período anterior
Fortalecimento do Controle Interno - Indicador de Desembolso	Texto	Termo de Referência já finalizado e aprovado pelo Banco. Estamos em fase de lançamento da Manifestação de Interesse para formação da lista curta.	Relatório de análise da capacidade das funções do Controle Interno	Não se aplica	0	0,00	Desembolso 4 e 5 - Relatório de análise Desembolso 6 - Plano estratégico Desembolso 7 - Sistema de informação implantado
Fortalecimento da capacidade do Estado para elaboração de políticas públicas de forma fundamentada - Indicador de Desembolso	Texto	Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis finalizados (Total de 9 cadernos). Proposta de avaliação de impacto para a Ação de Regularização Fundiária do PRO-RURAL e proposta de avaliação de impacto do Programa Rede Mãe Paranaense elaboradas. Relatório do alcance dos indicadores intermediários de performance dos modelos lógico para todos os PGEs.	Não se aplica	Relatório do alcance dos indicadores intermediários de performance dos modelos lógicos para todos os PGEs.	Relatório do alcance dos indicadores intermediários de performance dos modelos lógicos para todos os PGEs concluído.	100,00	Desembolso 5 - Relatórios de alcance dos indicadores de resultado Desembolso 6 - Relatório de progresso Desembolso 7 - Relatório com recomendações
Revisão dos processos de gestão fiscal - Indicador de Desembolso	Texto	A SEFA desenvolveu e apresentou uma proposta englobando parte dos objetos dos TORs relativos à coleta de ITCMD e IPVA, e encaminhou ao Banco obtendo não objeção técnica. Foi realizada a revisão dos processos de cobrança de impostos internamente pela SEFA.	Não se aplica	Proposta de Plano de Ação para a revisão dos processos de cobrança de impostos	0	0,00	Desembolso 4 - Relatório de Progresso Desembolso 5 - Plano de Ação Desembolso 6 - Relatório de Progresso do Plano de Ação Desembolso 7 - Relatório de Progresso de Plano do Ação
Receita de impostos em atraso recebidos em relação ao total de impostos em atraso	Percentual	3,22	0,8	Não se aplica	2,22	177,00	O percentual de receita recebida de impostos em atraso em relação ao total de impostos em atraso é calculado usando dados do Balanço anual do Estado. O numerador é a soma da Dívida Ativa Tributária e Dívida Não Tributária, e o denominador é o Estoque da Dívida Ativa
Desenvolvimento e implementação de uma política de saúde ocupacional	Texto	Não se aplica	Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e definição de áreas prioritárias para intervenção	Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e definição de áreas prioritárias para intervenção	1	100,00	Documento contendo a Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e as áreas prioritárias para intervenção elaborado pela SEAP

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

- ID-S - Indicador de Desenvolvimento Setorial
- IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD
- ID - Indicador de Desembolso

O acompanhamento financeiro obedece a estrutura do financiamento do projeto. Uma linha de financiamento denominada Programas de Gastos Elegíveis (PGEs) corresponde às ações do Componente 1, com condicionantes de desempenho para o desembolso. A segunda linha de financiamento está relacionada às ações de Assistência Técnica do Componente 2, financiado 100% pelo Banco Mundial.

As novas regras que serão utilizadas para este desembolso foram discutidas com o Banco Mundial, SEAIN e PGFN e oficializadas por meio da reformulação do Acordo de Empréstimo e da Carta de Desembolso, cuja discussão foi iniciada em 2015 e concluída em 5 de janeiro de 2016.

PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS

Período: 1.º de julho a 31 de dezembro de 2015

O período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2015 refere-se à prestação de contas para a comprovação dos critérios relativos ao quinto desembolso do projeto e consolida a execução financeira. A demonstração financeira desta prestação de contas tem como parâmetros as regras de execução física e financeira e o cronograma da Carta de Desembolso, que integra o Acordo de Empréstimo oficializado em 5 de janeiro de 2016.

No segundo semestre de 2015, os pagamentos registrados nos PGEs totalizaram cerca de R\$ 266,74 milhões, equivalente a aproximadamente US\$ 72,53 milhões. Os programas da Secretaria da Saúde contribuíram com mais de 93,71% do desempenho financeiro do período (quadro 13).

QUADRO 13 - DESPESAS REALIZADAS NO PERÍODO DE 1.º DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NÚMERO E NOME DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA	INVESTIMENTO (R\$)						
	Previsto Total (A)	Executado Acumulado Período (12/12/2012 a 30/06/2015) (B)	Executado (US\$) Acumulado Período (12/12/2012 a 30/06/2015) (C)	Executado no Período (jul./2015 a dez./2015) (D)	Executado no Período (US\$) (jul./2015 a dez./2015) (E)	Saldo Total A-(B+D)	Falta Executar (B+D)/A (%)
3028/3033/3034 - Desenvolvimento Econômico Territorial - PRÓ-RURAL	130.870.902	10.823.224	4.375.571	1.742.318	497.745	118.305.360	90,40
3027/3029/3037 - Gestão de Solos e Água em Microbacias	90.580.311	41.960.480	18.218.263	1.846.217	477.095	46.773.614	51,64
Subtotal	221.451.213	52.783.703	22.593.834	3.588.535	974.839	165.078.974	74,54
3045/3035/3046 - Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	17.180.000	5.144.561	2.288.082	721.000	181.005	11.314.439	65,86
3044/3043/3036/3008 - Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	27.755.000	6.696.401	2.992.383	655.725	167.761	20.402.874	73,51
Subtotal	44.935.000	11.840.961	5.280.465	1.376.725	348.766	31.717.314	70,58
3018 - Sistema de Avaliação da Aprendizagem	15.422.800	8.771.855	4.103.894	966.193	244.779	5.684.752	36,86
3017 - Formação em Ação	95.990.670	32.550.835	13.297.965	8.921.439	2.418.723	54.518.396	56,80
4094 - Renova Escola	261.652.550	138.650.564	61.642.100	1.917.230	422.952	121.084.757	46,28
Subtotal	373.066.020	179.973.254	79.043.959	11.804.863	3.086.454	181.287.904	48,59
4161 - Rede de Urgência e Emergência	357.209.420	322.683.574	135.161.790	123.202.351	33.044.631	-88.676.505	0
4162 - Rede Mãe Paranaense	359.817.900	213.940.928	85.174.379	126.771.779	35.077.539	19.105.193	5,31
Subtotal	717.027.320	536.624.502	220.336.169	249.974.130	68.122.170	-69.571.312	0
TOTAL	1.356.479.553	781.222.421	327.254.426	266.744.253	72.532.231	308.512.880	22,74

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF)

Do total dispendido (despesas realizadas) foi considerado como valor elegível pago (financiável), no período em análise, US\$ 28,4 milhões, conforme discriminado por PGEs e Executor no quadro 14.

QUADRO 14 - DESPESAS CONSIDERADAS ELEGÍVEIS NO PERÍODO DE 1.º DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº	PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS	EXECUTOR	PPA	Valor Pago US\$	Financiável US\$
Setor 1 - Desenvolvimento Rural					
PGE1	Desenvolvimento Econômico Territorial - PRÓ-RURAL	SEAB	3028	0,00	0,00
		EMATER	3033	206.475,33	206.475,33
		SEMA/ITCG	3034	291.269,31	291.218,13
PGE2	Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	3027	298.111,58	298.111,58
		EMATER	3029	178.983,10	174.723,66
		AGUASPARANÁ	3037	0,00	0,00
Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres					
PGE3	Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	SEMA	3045	0,00	0,00
		IAP	3035	5.487,24	5.487,24
		AGUASPARANÁ	3046	175.517,88	175.517,88
PGE4	Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	IAP	3044	0,00	0,00
		SEMA	3043	167.761,17	0,00
		AGUASPARANÁ	3036	0,00	0,00
		DEFESA CIVIL	3008	0,00	0,00
Setor 3 - Educação					
PGE5	Sistema de Avaliação da Aprendizagem	SEED	3018	244.779,43	0,00
PGE6	Formação em Ação	SEED	3017	2.418.723,14	1.093.389,00
PGE7	Renova Escola	SEED	4094	422.952,47	1.258.929,36
Setor 4 - Saúde					
PGE8	Rede de Urgência e Emergência	SESA	4161	33.044.631,08	11.585.563,22
PGE9	Rede Mãe Paranaense	SESA	4162	35.077.538,84	13.388.710,18
TOTAL				72.532.230,57	28.478.125,58

FONTE: CDG/SEPL

O valor máximo para o quinto desembolso é de US\$ 55 milhões, tendo como requisitos, de acordo com a carta de desembolso: a) apresentação de despesas financiáveis de igual valor; b) cumprimento dos indicadores de desembolso.

Para este desembolso, o montante foi calculado de acordo com a seguinte fórmula: x/y multiplicado pelo montante de despesas financiáveis, no qual "x" é o número de DLIs atingidos e "y" é o número total de DLIs com metas previstas no período.

Neste contexto, o montante considerado como valor financiável pago, no período, foi de US\$ 28,4 milhões, conforme discriminado por PGEs e executor no quadro 14.

Em relação ao cálculo do coeficiente de indicadores de desembolso, destaca-se que, em conformidade com a nova regra estabelecida no aditivo do contrato de empréstimo, discutido com o Banco e o governo federal (STN e PGFN) durante o ano de 2015 e oficializado em 5 de janeiro de 2016, serão analisados os indicadores de todos os setores independentemente dos seus desempenhos financeiros, desde que haja metas aplicáveis para o período.

Para o período de referência do desembolso 5, verifica-se que dos 13 indicadores analisados 7 não atingiram as metas preconizadas, o que resultou em um coeficiente de ID de 0,462 (quadro 15).

QUADRO 15 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Banco Mundial								
Relatório de Despesas dos Programas de Gastos Elegíveis								
Apuração dos Indicadores de Desembolso								
							Data	14/04/2016
							Projeto N.º	126.343
							Empréstimo N.º	8.201-BR
							Categoria N.º	1
							Desembolso N.º	5
Indicadores aferidos até a data de 31 de dezembro de 2015								
Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável								
N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
1	Número de Propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas (cumulativo)	Número de propostas de negócios elaboradas por associações de agricultores aprovadas em seleção pública com convênios assinados para o repasse de recursos.	Unidade	75	25	-50	SEAB	Das 25 associações com projetos aprovados no processo de chamada pública, duas não apresentaram os documentos de regularidade do terreno, e três não demonstraram possuir capacidade de gerir os recursos, inviabilizando a assinatura dos convênios. Com relação às 20 associações restantes, 15 encaminharam até 15/12/2015 os documentos necessários para início dos processos de formalização dos convênios.
2	Número de Planos de Ação de Microbacias elaborados (cumulativo)	Números de Planos de Ação elaborados de forma participativa envolvendo técnicos e a comunidade.	Unidade	150	150	0	SEAB	Lista dos planos, elaborados conforme roteiro do Manual Operativo do Projeto, contendo município e respectiva microbacia.
Total de ID analisado do Setor 1							2	
Total de ID atendidos pelo Setor 1							1	

Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres

N.º	Indicador	Descrição da meta para o período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
3	Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos	Contrato assinado e mapeamento dos processos iniciado	Unidade	1	0	-1	SEMA	O processo de seleção da consultoria encontra-se na fase de Solicitação de Propostas (SDP)
4	Estabelecimento de uma Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres	Plano de Gestão de Riscos e Desastres aprovado pelo Banco ⁽¹⁾	Texto	1	0	-1	SEMA e CEPEDEC	As discussões e a formalização do Plano Estadual serão realizadas depois da publicação das diretrizes estratégicas do Plano Nacional que ainda não tem previsão de conclusão, conforme Ofício n.º 4.041/2015 da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) do Ministério da Integração Nacional (MI).
Total de ID analisado do Setor 2						2		
Total de ID atendidos pelo Setor 2						0		

(1) Conforme acordo firmado na missão realizada pelo Banco em agosto/setembro de 2015, a Minuta da Lei Estadual de Proteção e Defesa Civil foi apresentada para fins de cumprimento de meta do primeiro semestre de 2015, e a apresentação do Plano Estadual passou a ser considerada a meta do segundo semestre de 2015. Não obstante, durante a referida missão ficou acordado que a formalização do Plano Estadual estaria atrelada à aprovação do Plano Nacional.

Setor 3 - Educação

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
5	Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem do Aluno operando	Quarta avaliação realizada	Unidade	1	0	-1	SEED	Há a expectativa de realização da quarta avaliação no segundo semestre de 2016. ⁽²⁾
6	Professores participantes em oficinas de professores em serviço (cumulativo)	Médias das participações dos professores em oficinas no 1.º e 2.º semestres de 2015 dividido pelas médias do número de professores que compõem as folhas de pagamento dos meses em que foram realizadas as oficinas.	Percentual	85	85	0	SEED	Relatório do Projeto de Formação em Ação, contendo o número de oficinas e o total de participantes por Núcleo Regional de Educação e informações relativas ao tema, conteúdo e carga horária das oficinas do 1.º e 2.º semestres de 2015. No cronograma refeito em função da greve que ocorreu no Estado, tanto as oficinas como as reposições de aulas foram propostas para os sábados, o que resultou na redução da participação dos professores, sendo atingido 82% da meta. Diante dessas circunstâncias e da proximidade do número alcançado da meta, o Banco considera que esse indicador foi cumprido.
7	Escolas estaduais reformadas e/ou ampliadas (cumulativo)	Número de escolas da Rede Pública Estadual reformadas e/ou ampliadas com Termo de Recebimento das Obras assinado pela comunidade escolar.	Unidade	160	323	163	SEED	Relação das escolas atendidas com ampliação e recuperação (reforma) com termo de recebimento, identificando: o núcleo regional, o município, a modalidade de ensino ofertada e o número de alunos matriculados. As metas foram superadas, pois o Programa teve início antes mesmo da assinatura do contrato de empréstimo com o BIRD.
Total de ID analisados do Setor 3						3		
Total de ID atendidos pelo Setor 3						2		

(2) A quarta avaliação prevista para o segundo semestre de 2015 não foi realizada tendo em vista os entendimentos obtidos entre o Banco, a UGP e a SEED durante a missão realizada em agosto/setembro de 2015, de que as avaliações do SAEP podem ser realizadas a cada dois anos em alternância às avaliações realizadas pelo governo federal.

Setor 4 - Saúde

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
8	Percentual de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações no parto referenciadas por Unidades Básicas de Saúde (UBS) a um hospital que faça parte da Rede de Saúde Materna e Infantil - Rede Mãe Paranaense (cumulativo)	Número de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto referenciadas por UBS a um hospital, dividido pelo número estimado total de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto. ⁽³⁾	Percentual	80,00	87,20	7	SESA	Relatórios elaborados a partir de dados originados no Sistema de Informações Hospitalares, contendo a lista das Autorizações de Internações Hospitalares (AIHs) para a realização de partos emitidas pelos hospitais de referência para a Rede Mãe Paranaense.
9	Proporção de nascidos vivos de mulheres grávidas que participaram de mais de 7 consultas pré-natais	Número de gestantes que participaram de mais de 7 consultas pré-natais dividido pelo número de bebês nascidos vivos.	Percentual	80,00	99,00	19	SESA	Relatórios gerados a partir de informações do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).
Total de ID analisados do Setor 4						2		
Total de ID atendidos pelo Setor 4						2		

(3) O percentual foi calculado levando-se em consideração os resultados obtidos no ano de 2015.

Setor 5 - Gestão do Setor Público

N.º	Indicador	Descrição ou fórmula da meta do período	Unidade de Medida	Aferição Relativa ao Desembolso 2			Fonte de Informação	Documentos Comprobatórios
				Meta (a)	Apurado (b)	(b) - (a)		
10	Melhorar as competências essenciais dos servidores civis	Elaboração de Plano de Desenvolvimento de Competências, incluindo um cronograma de atividades e metodologia.	Texto	1	0	-1	SEAP	Contrato n.º 01/2016 assinado em 29/02/2016.
11	Fortalecimento do Sistema de Controle Interno	Relatório de análise da capacidade das funções do Controle Interno	Texto	1	0	-1	CC	Termo de Referência já finalizado e aprovado pelo Banco. O processo de seleção de consultoria está em fase de solicitação de propostas (SDP) às empresas da lista curta.
12	Fortalecimento da Capacidade do Estado para a definição de políticas públicas baseadas em evidências	Relatório do alcance dos indicadores de resultados intermediários dos Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis	Texto	1	1	0	IPARDES	Relatório do alcance dos indicadores de resultados intermediários dos Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis concluído.
13	Revisão dos processos de gestão fiscal	Plano de Ação para a revisão dos processos de cobrança de impostos aceitável para o Banco	Texto	1	0	-1	SEFA	O processo de contratação de solução integrada para gestão tributária para o Estado do Paraná está em fase final de elaboração. Este indicador será substituído considerando que a consultoria prevista originalmente não será contratada.
Total de ID analisados do Setor 5						4		
Total de ID atendidos pelo Setor 5						1		

Aferição do Desembolso N.º 5	
N.º de ID atendidos (Numerador)	6
N.º total de ID dos setores analisados (Denominador)	13
Coefficiente de ID	0,462

Segundo análise do Banco com a UGP, na missão de 4 a 8 de abril de 2016, dos 13 indicadores analisados, 6 alcançaram as metas com base nas seguintes considerações:

- a) Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável, "Número de Planos de Ação de Microbacias elaborados (cumulativo)". A meta estabelecida para o período para o indicador foi o número de Planos de Ação elaborados de forma participativa envolvendo técnicos e a comunidade. Mediante apresentação da lista dos planos elaborados conforme roteiro do Manual Operativo do Projeto, contendo município e respectiva microbacia, o Banco considerou atingido o indicador.
- b) Setor 3 - Educação - Professores participantes em oficinas de professores em serviço (cumulativo). A meta prevista para este indicador eram as médias das participações dos professores em oficinas no 1º e 2º semestres de 2015 dividido pelas médias do número de professores que compõem as folhas de pagamento dos meses em que foram realizadas as oficinas. A SEED apresentou Relatório do programa Formação em Ação, contendo o número de oficinas e o total de participantes por Núcleo Regional de Educação e informações relativas ao tema, conteúdo e carga horária das oficinas do 1º e 2º semestres de 2015. No cronograma refeito em função da greve que ocorreu no Estado tanto as oficinas como as reposições de aulas foram propostas para os sábados, o que resultou na redução da participação dos professores, sendo atingidos 82% da meta. Diante dessas circunstâncias e da proximidade do número alcançado segundo a meta, o Banco considera que esse indicador foi cumprido.
- c) Setor 3 - Educação - Escolas Estaduais reformadas e/ou ampliadas (cumulativo). A meta estabelecida para este indicador é o número de escolas da Rede Pública Estadual reformadas e/ou ampliadas com Termo de Recebimento das Obras assinado pela comunidade escolar. A SEED apresentou a relação das escolas atendidas com ampliação e recuperação (reforma) com Termo de Recebimento, identificando: o núcleo regional, o município, a modalidade de ensino ofertada e o número de alunos matriculados. As metas acumuladas foram superadas, pois as ações do Programa tiveram início antes da assinatura do contrato de empréstimo com o BIRD.
- d) Setor 4 - Saúde - Percentual de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações no parto referenciadas por Unidades Básicas de Saúde (UBS) a um hospital que faça parte da Rede de Saúde Materna e Infantil - Rede Mãe Paranaense (cumulativo). A meta prevista era o número de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto referenciadas por UBS a um hospital, dividido pelo número estimado total de mulheres grávidas SUS dependentes com alto risco de complicações no parto. A SESA apresentou relatórios elaborados a partir de dados originados no Sistema de Informações Hospitalares, contendo a lista das Autorizações

de Internações Hospitalares (AIHs) para a realização de partos, emitida pelos hospitais de referência para a Rede Mãe Paranaense, e o Banco considerou como meta atingida.

- e) Setor 4 - Saúde - Proporção de nascidos vivos de mulheres grávidas que participaram de mais de 7 consultas pré-natais. A meta prevista era o número de gestantes que participaram de mais de 7 consultas de pré-natal, dividido pelo número de bebês nascidos vivos. Tendo em vista a apresentação de relatórios gerados a partir de informações do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), o Banco considerou meta concluída.
- f) Setor 5 - Gestão de Setor Público - Fortalecimento da Capacidade do Estado para a definição de políticas públicas baseadas em evidências. O indicador foi atendido mediante a apresentação do relatório do alcance dos indicadores de resultados intermediários dos Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis elaborado pelo IPARDES.

Para o cálculo do valor de desembolso referente ao segundo semestre de 2015 foram considerados: a) valor considerado financiável (US\$ 25.384.615,38); b) coeficiente resultante do cumprimento dos indicadores de desembolso (0,462); c) coeficiente de execução financeira (74,81%); e d) valor a ser recuperado do saldo retido (US\$ 3.093.510,20). A aplicação dessas regras resultou em um montante a ser desembolsado pelo Projeto de US\$ 28.478.125,58 milhões.

CONSIDERAÇÕES

A Unidade de Gerenciamento do Projeto vem acompanhando e monitorando a execução desta modalidade de financiamento, que até então era inédita no Estado do Paraná. A operacionalização do projeto é pautada na transversalidade de programas e ações que exigem um esforço de articulação e coordenação entre gestores e executores das áreas técnica, administrativa e financeira.

A gestão do projeto conta com um conjunto de instrumentos desenvolvidos para acompanhar a execução física e financeira do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Na elaboração deste documento, esses registros foram apropriados com o objetivo de sintetizar e informar o andamento do projeto. Importa observar que o Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos (SIGMA-PP), desenhado para apoiar a UGP na gestão, monitoramento e avaliação, e na prestação de contas perante os órgãos fiscalizadores e auditores, ainda não teve o seu desenvolvimento concluído, a fim de ser utilizado para gerar relatórios e subsidiar com mais agilidade a gestão do projeto, implicando na formulação de outros procedimentos e recursos para atender às necessidades do monitoramento.

Este quarto relatório, como instrumento de gestão, finaliza com alguns apontamentos relativos aos avanços observados desde a perspectiva físico-financeira e às atividades requeridas na continuidade da execução. De acordo com a estrutura do programa, optou-se por apresentar a síntese por setor.

Desenvolvimento Rural Sustentável

O progresso das atividades do setor Desenvolvimento Rural Sustentável, neste período, foi insatisfatório principalmente em função do atraso na licitação internacional para aquisição das patrulhas rodoviárias e no apoio às Associações de Produtores, em função das restrições orçamentárias impostas aos executores. Esse fato implicou na redução da aplicação financeira deste sector, uma vez que esse investimento representa em torno de 50% do orçamento total do PRÓ-RURAL para o ano de 2015.

O acompanhamento da execução aponta para a necessidade de reavaliação da ação Apoio a Empreendimentos Comunitários Sustentáveis, por duas razões: dificuldades legais e operacionais das associações no Estado e duplicação desta ação nos programas PRÓ-RURAL e Gestão de Solos e Água em Microbacias. Esta e outras alterações deverão ser discutidas por ocasião da avaliação de meio termo. As conclusões, após não objeção do Banco, deverão ser inseridas no Manual Operativo do Projeto de Gestão de Solos e Água em Microbacias e no PRÓ-RURAL no primeiro semestre de 2016.

Verifica-se que 25,5% dos recursos previstos inicialmente para o setor Desenvolvimento Rural Sustentável foram investidos. A perspectiva é de que o restante previsto não seja aplicado dentro do prazo programado para execução do projecto, necessitando, portanto, de uma prorrogação do Acordo de Empréstimo para uma mais adequada implementação e maturação dos investimentos programados, principalmente em relação às patrulhas rodoviárias e no apoio a associações de produtores.

Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres

O progresso das atividades do setor continua demonstrado, nessa primeira etapa, pela concentração dos investimentos na aquisição de veículos, máquinas e equipamentos previstos que não dependiam de estudos prévios e, ainda, na elaboração de Termos de Referência que permitissem dimensionar e concretizar os demais investimentos. No momento, estão tramitando em torno de 40 processos (entre Termos de Referência e licitações) relacionados aos dois programas, o que deverá assegurar a execução financeira dos mesmos em 2016.

Verifica-se que 29,4% dos recursos previstos foram aplicados no setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres, conforme demonstrado na análise financeira. A perspectiva é de que o restante previsto não seja aplicado dentro do prazo programado para execução do projeto, necessitando, portanto, de uma prorrogação do Acordo de Empréstimo para uma mais adequada implementação e maturação dos investimentos programados.

Todas as atividades e investimentos previstos nos programas deverão ser revisados por ocasião da avaliação intermediária, em função: a) do descompasso entre a contratação do projeto, investimentos realizados e início e conclusão dos estudos (consultorias); b) de investimentos já realizados pelo Estado nos últimos anos (2012/2015); e c) de implicações operacionais e de manutenção dos investimentos identificadas pelos executores no decorrer da aquisição de equipamentos e na implantação dos programas.

Educação

Dada a greve dos professores que ocorreu no primeiro semestre de 2015 (entre 9 de fevereiro e 9 de março, e de 26 de abril a 9 de junho de 2015), as atividades relacionadas ao setor de educação foram prejudicadas.

Com relação à aplicação dos recursos financeiros, verifica-se que 51,41 % dos recursos previstos para o setor de educação foram aplicados até o momento, com perspectiva de execução do restante programado de acordo com o cronograma. Salientamos que uma parte dos recursos aplicados junto ao programa Renova Escola não foi contabilizada, tanto no primeiro como no segundo semestre de 2015, em função de auditoria solicitada pelo Banco Mundial junto a 83 obras executadas com recursos do projeto e envolvidas nos Achados do Tribunal de Contas do Estado do

Paraná. Em função dos resultados desta auditoria, será analisado pelo Banco Mundial e TCE se os valores já aplicados neste período poderão ou não ser apropriados junto ao projeto. Esta auditoria deverá ser concluída até 30 de junho de 2016.

Saúde

A implementação do componente Saúde mantém o bom desempenho apresentado nos períodos anteriores nos seus aspectos técnicos e operacionais. Entretanto, o Estado enfrentou dificuldades, no aspecto financeiro, para a execução do Programa de Gastos Elegíveis vinculado ao componente Saúde no ano de 2015.

Os dois programas de gastos elegíveis apoiados setorialmente, Rede de Urgência e Emergência (Rede Paraná de Urgência) e Rede de Atenção Materno-Infantil (Rede Mãe Paranaense), estão em processo de implementação, mas têm apresentado descontinuidade nos pagamentos de algumas das atividades previstas, impactando significativamente os resultados esperados. Alguns indicadores, apesar de manterem os níveis alcançados e em alguns casos até superarem as metas definidas, já começam a apresentar tendência de declínio para os próximos períodos.

Verifica-se que 100,0% dos recursos programados do setor foram aplicados conforme demonstrado na análise financeira. Os recursos previstos inicialmente para o setor já foram aplicados. Do total de recursos previstos para o programa Rede de Urgência e Emergência (Rede Paraná de Urgência) observa-se a execução de 124,0%. Quanto aos recursos da Rede de Atenção Materno-Infantil (Rede Mãe Paranaense) a execução foi de 94,7% do programado. Esse desempenho deverá ser objeto de análise, por ocasião da avaliação intermediária, visando à adequação das metas físicas e financeiras até o final do projeto.

Componente 2 - Assistência Técnica para a Gestão Pública Mais Eficiente e Eficaz

Durante ao ano de 2015 intensificou-se o processo de elaboração, análise e desenvolvimento de 30 Termos de Referência e/ou aquisições com estimativa global de investimento de R\$ 127.766.978,64 (US\$ 35.591.670,47). Dois desses processos já foram contratados: o Serviço de Atualização do Cadastro Imobiliário do Estado do Paraná, no valor de R\$ 14,5 milhões, e a Seleção de Consultoria para capacitação estratégica dos quadros públicos do Estado do Paraná, nas modalidades presencial e a distância, no valor de R\$ 4,9 milhões.

Balanço Geral envolvendo os Componentes 1 e 2 (cinco setores)

A título de conclusão, pode-se afirmar que o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, até o momento, apesar dos problemas vivenciados, apresentou avanços significativos, como demonstrado neste relatório. Para a obtenção desses resultados, foram aplicados até o momento recursos financeiros da ordem de R\$ 1,048 bilhão de um total de R\$ 1,356 bilhão previsto para os quatro anos de duração do projeto (2014 a 2017), o que representa 77,26% do total de investimentos programados (quadro 16).

QUADRO 16 - ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DO PROJETO, PERÍODO DE 12/12/2013 A 31/12/2015

Despesas realizadas no período de 12/12/2012 a 31/12/2015					
Setor 1- Desenvolvimento Rural Sustentável					
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Pago no Período (US\$)	Valor Previsto - Contrato (R\$)	Executado/Previsto (%)
Desenvolvimento Econômico Territorial - PRÓ-RURAL	3028	825.000,00	267.457,69	102.489.556,00	0,80
	3033	8.155.336,31	3.215.184,27	17.393.259,00	46,89
	3034	3.585.205,70	1.390.673,50	10.988.087,00	32,63
Gestão de Solos e Água em Microbacias	3027	4.930.052,27	1.978.767,68	24.324.169,44	20,27
	3029	3.997.054,54	1.677.639,72	8.183.475,00	48,84
	3037	34.879.589,79	15.038.950,26	58.072.666,67	60,06
Total de Despesas Elegíveis do Setor 1		56.372.238,61	23.568.673,12	221.451.213,11	25,46
Setor 2 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres					
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Pago no Período (US\$)	Valor Previsto - Contrato	Executado/Previsto (%)
Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	3045	6.995,00	3.523,04	100.000,00	7,00
	3035	4.490.839,16	2.004.025,68	16.000.000,00	28,07
	3046	1.367.726,67	461.537,98	1.080.000,00	126,64
Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos	3044	-	-	50.000,00	0,00
	3043	7.204.094,96	3.094.111,51	17.346.000,00	41,53
	3036	148.030,58	66.032,87	3.159.000,00	4,69
	3008	-	-	7.200.000,00	0,00
Total de Despesas Elegíveis do Setor 2		13.217.686,37	5.629.231,08	44.935.000,00	29,42
Setor 3 - Educação					
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Pago no Período (US\$)	Valor Previsto - Contrato	Executado/Previsto (%)
Sistema de Avaliação da Aprendizagem	3018	9.738.048,44	4.348.673,89	15.422.800,00	63,14
Formação em Ação	3017	41.472.274,24	15.716.688,29	95.990.670,00	43,20
Renova Escola	4094	140.567.793,49	62.065.052,04	261.652.550,00	53,72
Total de Despesas Elegíveis do Setor 3		191.778.116,17	82.130.414,22	373.066.020,00	51,41
Setor 4 - Saúde					
Nome do Programa	N.º Iniciativa do PPA	Valor Pago no Período (R\$)	Valor Pago no Período (US\$)	Valor Previsto - Contrato	Executado/Previsto (%)
Rede de Urgência e Emergência	4161	445.885.924,90	168.206.420,94	357.209.420,00	124,82
Rede Mãe Paranaense	4162	340.712.707,24	120.251.917,56	359.817.900,00	94,69
Total de Despesas Elegíveis do Setor 4		786.598.632,14	288.458.338,50	717.027.320,00	109,70
TOTAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (12/12/2012 a 31/12/2015)		1.047.966.673,29	399.786.656,92	1.356.479.553,11	77,26

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

Destaca-se que as despesas elegíveis realizadas pelo setor Saúde correspondem, até o momento, a mais de 75% do total aplicado pelo projeto, seguido pelo setor Educação (18,30%), setor Desenvolvimento Rural Sustentável (5,38%) e, por fim, pelo setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres (1,26%).

Ao analisar a previsão dos valores de desembolso previstos no Acordo de Empréstimo e o montante efetivamente desembolsado pelo projeto, de acordo com o quadro 17, verifica-se que do valor total previsto até o 5º desembolso, aproximadamente 75% foi sacado pelo projeto, ou seja, cerca de US\$ 194 milhões foram reembolsados pelo Banco na conta do empréstimo. Contudo, o comportamento dos últimos três desembolsos demonstra que há uma tendência de queda no desempenho financeiro e também de dificuldades do cumprimento das metas dos indicadores de desembolso do projeto.

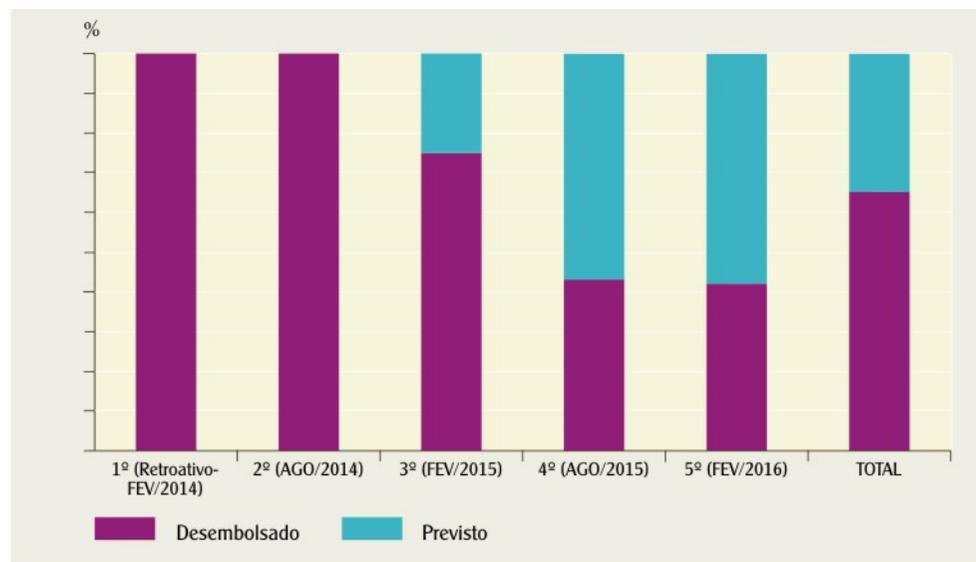
QUADRO 17 - VALORES PREVISTOS E DESEMBOLSADOS - 12/12/2013 A 31/12/2015

Desembolso N.º	Período de Referência	Valor Previsto de Desembolso (US\$ 1.00)	Valor Desembolsado (US\$ 1.00)
1	Retroativo	50.000.000	50.000.000
2	1.º semestre civil de 2014 após a data da assinatura	44.125.000	44.125.000
3	julho a dezembro de 2014	43.750.000	37.019.230
4	janeiro a junho de 2015	65.000.000	34.459.219
5	julho a dezembro de 2015	55.000.000	28.478.126
TOTAL		257.875.000	194.081.575

FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2016

O saldo retido acumulado ocasionado pelo fato de o valor desembolsado ter sido inferior ao previsto soma US\$ 63,79 milhões, dos quais US\$ 20,95 milhões é o resultado da falta de comprovação junto ao Banco de despesas financiáveis, e o valor restante (US\$ 42,85) equivale ao saldo retido pelo não cumprimento de metas de indicadores de desembolso. Até o momento, 10 metas de indicadores de desembolso não foram cumpridas. Desse modo, como o projeto deve cumprir metas semestrais, tanto físicas como financeiras, constata-se a impossibilidade de saque dos valores integrais previstos de desembolso, cujo saldo retido pode ser recuperado nos desembolsos subsequentes ou na redistribuição desses valores para o futuro, a ser tratado na reformulação do Contrato de Empréstimo.

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DE VALORES DESEMBOLSADOS NO PERÍODO 2014-2016



FONTE: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP)

APÊNDICE 1 - ACOMPANHAMENTO DAS SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

Durante a etapa de supervisão das Salvaguardas Ambientais no âmbito da UGP/SEPL, foi realizado o acompanhamento de toda a implementação das recomendações contidas nos documentos: Marco de Gestão Ambiental e Manuais Operativos, para subsidiar a elaboração deste relatório. A supervisão das atividades baseia-se no cumprimento das seguintes Políticas Operacionais de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial:

- OP 4.01 - Avaliação Ambiental
- OP 4.04 - Habitats Naturais
- OP 4.09 - Manejo de Pragas
- OP 4.11 - Recursos Culturais Físicos
- OP 4.36 - Florestas

A avaliação ambiental (OP 4.01), leva em conta o ambiente natural (ar, água e solo) e aspectos do meio ambiente global, abordando os aspectos naturais e sociais de forma integrada. Também leva em conta a variabilidade nas condições do projeto; as conclusões de outros estudos ambientais no Estado; planos de ações nacionais para o meio ambiente; o conjunto de políticas do Estado, legislação nacional, estadual e municipal; e capacidades institucionais relacionadas com os aspectos ambientais e sociais. A avaliação ambiental é um processo cuja dimensão, profundidade e tipo de análise dependem da natureza, escala e impacto ambiental potencial do projeto, de modo a assegurar que ele seja ambientalmente sólido e sustentável.

Os habitats naturais (OP 4.04) são áreas de terra ou de água, cujas funções ecológicas primárias não sofreram alterações causadas pelo homem. Nestas áreas formam-se comunidades biológicas constituídas principalmente por espécies de plantas e animais nativos. Todos os habitats naturais têm importante valor biológico, social, econômico e existencial. Medidas apropriadas de conservação e mitigação removem ou reduzem o impacto adverso sobre os habitats naturais, mantendo tais impactos dentro de limites socialmente definidos de mudança ambiental aceitável. As medidas específicas dependem das características ecológicas da área e podem incluir proteção plena por meio da reformulação das atividades previstas; reintrodução de espécies; medidas de mitigação para minimizar o dano ecológico; restauração de habitats degradados; e estabelecimento e manutenção de uma área ecologicamente semelhante, de tamanho e contiguidade adequados. Tais medidas devem sempre incluir supervisão e avaliação, para proporcionar informações sobre os resultados da conservação e orientação para o desenvolvimento ou refinamento das medidas corretivas apropriadas.

Ao prestar assistência ao projeto no controle de pragas e parasitas (OP 4.09), que afetam tanto a agricultura quanto a saúde pública, o Banco apoia uma estratégia que promova o uso de métodos de controle biológicos ou ambientais, e reduza a dependência de pesticidas químicos sintéticos.

Para isso, apreciam-se as legislações estadual e federal existentes e as capacidades institucionais, com o objetivo de promover e apoiar uma estratégia segura, eficaz e ambientalmente benigna para esse controle.

Os recursos culturais físicos (OP 4.11) são importantes como fontes de valiosas informações científicas e históricas. São definidos como objetos, sítios, estruturas, bem como aspectos e paisagens naturais, móveis ou imóveis que tenham importância arqueológica, paleontológica, histórica, arquitetônica, religiosa, estética ou outro significado histórico. Os recursos culturais físicos podem estar localizados em ambientes urbanos ou rurais e estar acima ou abaixo do solo ou, ainda, embaixo d'água. Seu interesse cultural pode ser de âmbito local, provincial, nacional, ou da comunidade internacional. O Banco Mundial ajuda os países a evitar ou atenuar os impactos adversos sobre os recursos culturais físicos dos projetos de desenvolvimento. Os impactos sobre os recursos culturais físicos resultantes de atividades do Projeto, inclusive medidas atenuantes, não podem opor-se à legislação nacional e estadual, nem às obrigações previstas em tratados e acordos ambientais internacionais relevantes.

O objetivo da OP 4.36 é aproveitar o potencial das florestas, integrar as florestas de forma eficaz para o desenvolvimento econômico sustentável e proteger os serviços ambientais locais e globais vitais, e valores de florestas.

Em uma segunda etapa é realizada uma análise ambiental de cada uma das atividades para determinar o grau e o tipo apropriado de avaliação ambiental. O Banco classifica as atividades do Projeto dentro de uma das três categorias – A, B ou C – dependendo do tipo, localização, sensibilidade, escala, natureza e magnitude dos potenciais impactos ambientais das atividades propostas.

Um projeto proposto é classificado na categoria A se for provável que resulte em impactos ambientais adversos significativos e de caráter sensível. Estes impactos podem afetar uma área mais extensa do que os locais ou instalações onde ocorrem as atividades do projeto. A avaliação ambiental para um projeto de categoria A examina os potenciais impactos ambientais negativos e positivos e recomenda medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos e melhorar o desempenho ambiental.

Um projeto proposto é classificado na Categoria B quando seus potenciais impactos ambientais adversos são específicos ao local do projeto; poucos ou nenhum deles é irreversível, e na maioria dos casos a identificação de medidas mitigadoras é mais rápida. A avaliação ambiental neste caso também examina os potenciais impactos ambientais negativos e positivos, e recomenda quaisquer medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos.

Um projeto proposto é classificado de categoria C quando a possibilidade de impactos ambientais adversos for mínima ou inexistente. Além da análise ambiental preliminar, não se exige nenhuma ação de avaliação ambiental adicional.

PRINCIPAIS AÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS NO SEMESTRE

Seguem os quadros de monitoramento dos indicadores físicos com as salvaguardas acionadas – e as informações obtidas junto aos responsáveis pelos programas do Projeto Multissetorial. O acompanhamento das salvaguardas ambientais referente ao 2.º semestre de 2015 foi realizado por Secretaria, instituições e órgãos ambientais diretamente envolvidos. Nos referidos quadros é possível observar informações específicas sobre os indicadores físicos (produtos) que acionam as Políticas de Salvaguardas Ambientais do Banco, bem como informações sobre o Licenciamento Ambiental, documentações ambientais necessárias e seus respectivos impactos ambientais.

QUADRO 1 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEAB

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS	IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE				
SEAB	PRÓ-RURAL	7 consórcios intermunicipais apoiados através da disponibilização de patrulhas rodoviárias e de recursos para o custeio da adequação de estradas (IPML)	Não se aplica	0	A Licitação Pública Internacional LPI 001/2015 foi publicada em 14 de janeiro de 2016 e a previsão de abertura das propostas dos concorrentes é para 01/03/2016.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	DLAE LP LI LO	As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando de uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução.
		7 planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados (IPML)	Não se aplica	0	Esta ação será iniciada após a aquisição das máquinas e equipamentos para composição das patrulhas mecanizadas.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	DLAE LP LI LO	
		210 propostas de negócios financiadas	0	15 convênios em formalização	Das 25 associações com projetos aprovados, cinco apresentaram problemas documentais e de gestão para a efetivação do repasse: duas com falta de regularidade documental do imóvel e três com problemas internos de gestão. Com relação às 20 associações restantes, 15 encaminharam até 15/12/2015 os documentos necessários para início dos processos de formalização do convênio.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	DLAE LP LI LO	
		75 projetos-pilotos e iniciativas inovadoras propostas	0	0	Esta ação ainda não foi iniciada. Em 2015 houve restrições orçamentárias. Para 2016 e 2017 esta ação será objeto de reestruturação na revisão de meio termo do Programa.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	DLAE LP LI LO	

QUADRO 1 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEAB

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE			
SEAB	Gestão de Solos e Água em Microbacias	7 planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados	Não se aplica	0	Esta ação será iniciada após a aquisição das máquinas e equipamentos para composição das patrulhas mecanizadas e a formalização dos convênios com os consórcios intermunicipais selecionados conforme critérios do Programa.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	O acompanhamento das Licenças Ambientais, Outorga de Uso da água e demais documentos requeridos será realizado através do "Formulário para Manifestação de Interesse no Apoio para a Adequação de Estradas Rurais (Anexo 6 do MOP, VOL. 2A)
		350 planos de ação de microbacias validados pela comunidade (IPML)	110	150	Previstos 150 Planos de Ação até fevereiro 2016.	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	Acompanhamento das Licenças Ambientais, Outorga de Uso da água e demais documentos requeridos.
		40 negócios comunitários sustentáveis instalados (IPML)	Não se aplica	Não se aplica	10 negócios instalados	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	Acompanhamento das Licenças Ambientais, Outorga de Uso da água e demais documentos requeridos.

QUADRO 1 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEAB

conclusão

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE			
SEAB	Gestão de Solos e Água em Microbacias	480 sistemas de abastecimento de água (IPML)	54	94	<p>Considerando as recomendações da Auditoria do Tribunal de Contas, o AGUASPARANÁ com o apoio da UGP realizou, entre outras, as seguintes ações para corrigir as deficiências no acompanhamento e controle da execução das obras dos sistemas de abastecimento de água: a) Notificação em setembro de 2015 das prefeituras com obras de rede de distribuição incompletas, sendo estabelecido o prazo limite de 30/06/16 para a conclusão das mesmas; b) Criação por meio da Portaria n.º 06/2016 – AGUASPARANÁ, de equipe de fiscalização, composta por 1 coordenador e 3 fiscais que utilizarão recursos previstos na Iniciativa 3037 para custear suas despesas; c) Alteração da estratégia operacional da ação descrita no MOP do Microbacias de modo que a responsabilidade de levantar a demanda e de acompanhar a implementação das novas obras será da SEAB, por intermédio da EMATER. Além disso, os processos licitatórios incluirão recursos para que as empreiteiras, além de realizar as obras de perfuração de poços, forneçam às prefeituras o material necessário para implantação da rede básica de distribuição da água. Ainda, o AGUASPARANÁ se comprometeu a iniciar nova licitação para concluir as obras paralisadas, e elaborar o modelo de Termo de Acompanhamento de Fiscalização das Obras.</p>	(OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11)	<p>Para perfuração do poço é exigido registro junto ao AGUASPARANÁ, visando à obtenção da respectiva anuência prévia (licença) e posterior outorga de direito de uso da água. Para a construção do poço tubular deverão ser seguidas as normas técnicas da ABNT e estar devidamente registrado no CREA.</p>

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE			
SEMA	Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	60 estações pluvio-fluviométricas telemétricas instaladas, operando e com manutenção (IPML)	60	Não se aplica	Meta integralmente atingida em 2013	(OP 4.01)	DLAE
		1 sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados operando e 6 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá) (IPML)	Não se aplica	Não se aplica	Foi contratada a JCTM Comércio e Tecnologia Ltda. no valor de R\$ 6.335.000,00 para a aquisição de 7 estações automáticas de monitoramento da qualidade do ar, sendo 6 em container fixo e 1 em container com chassi, entretanto os bens ainda não foram entregues pelo fornecedor.	(OP 4.01)	DLAE
		1 sistema de Informações integrado (IPML)	Implantado integralmente o módulo de Licenciamento Industrial, já incluindo a emissão automática da DLAE e parcialmente o Módulo de Monitoramento Ambiental, oferecendo em fase final de testes o cadastro <i>on-line</i> da DEA, correspondendo a 20% do Sistema Integrado de Informações.	Verificar Descrição "A" no rodapé desta Planilha	Foi concedida a não objeção do BIRD ao Edital de Licitação para aquisição de solução para a infraestrutura do Sistema de Informações. A implantação do Sistema de Informações Integrado está prevista para dez/2016.	(OP 4.01)	DLAE

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE			
SEMA	Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental	Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos (ID)	Subsistema de Recursos Hídricos com TdR 90% elaborado.	Em andamento		(OP 4.01)	
		5 regiões do Estado com Balcões Únicos de Atendimento instalados e em funcionamento; Compilação da Legislação Ambiental	0	0	Durante a revisão de meio termo do Projeto será debatida a exclusão do indicador, pois este não será executado, uma vez que foi substituído pelo SIGARH.	(OP 4.01)	DLAE
		22 municípios com Descentralização Compartilhada de Licenciamento e Fiscalização (IPML)	13	16	Na revisão de meio termo será proposta a retirada desse indicador uma vez que o CEMA autoriza os municípios que atendem a determinados critérios a exercer a função de licenciamento e fiscalização ambiental. Contudo, os municípios podem decidir se efetivamente irão desempenhar ou não essas funções.	(OP 4.01)	DLAE
		Número de municípios autorizados por resolução do CEMA para a descentralização do licenciamento e da fiscalização ambiental (IRI-PD)					

Descrição A:

1. Subsistema de Gestão Ambiental (SGA)

1.1 Módulo I de Licenciamento que trata de empreendimentos industriais, imobiliários, de suinocultura, de avicultura, de comércio e serviços está implantado, operando e aprovado pelo IAP.

1.2 Módulo II de Licenciamento que trata de empreendimentos de aquicultura, drenagem, cemitérios, resíduos, postos de combustíveis, saneamento e minérios está implantado e operando para aquicultura, postos de combustíveis e saneamento, mas ainda não foram aprovados pelo IAP. Está em desenvolvimento para resíduos. Os demais não foram iniciados.

1.3 Monitoramento de Declaração de Emissões Atmosféricas, implantado e operando e aprovado pelo IAP. Está em desenvolvimento o monitoramento de resíduos.

1.4 Pré-projeto de fiscalização não iniciado, porém foi acordado que atenderá além do IAP também ao AGUASPARANÁ.

2. Subsistema de Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH) que prevê a implantação dos módulos de Outorga e Cadastro e de Monitoramento de Recursos Hídricos, de Gestão de Microbacias e de Informações Geográficas: está em tramitação o processo de seleção de consultoria, sendo que o Termo de Referência foi concluído e aprovado, e a lista curta e a minuta da Solicitação de Propostas foram encaminhadas para avaliação do BIRD. Portanto, o contrato de execução da consultoria ainda não foi celebrado.

A SEMA, o IAP, o AGUASPARANÁ, a CELEPAR e a SEPL firmaram em 7 de outubro de 2015 o Termo de Cooperação Técnica objetivando a implantação de um Sistema de Informações - SI, para atender integralmente os processos de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambientais, e outorga do direito da água, composto pelo Sistema de Gestão Ambiental - SGA, que está sendo implementado pela CELEPAR sob a coordenação do IAP, e pelo Sistema de Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos - SIGARH, que será implementado pela consultoria contratada com recursos do componente II do Projeto, sob coordenação do AGUASPARANÁ.

Nota: De acordo com as discussões realizadas, com a Especialista Setorial de Meio Ambiente do Banco, registradas na Ajuda Memória da Missão de maio/2015, propõe-se que na revisão de meio termo o SGA seja retirado do escopo do programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental, considerando que os recursos para o seu desenvolvimento não estão inseridos na iniciativa orçamentária 3043, correspondente a este PGE. No entanto, as atividades para o seu desenvolvimento continuarão, conforme o plano de trabalho do referido Termo de Cooperação Técnica.

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP AÇIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE			
SEMA	FGRD	1 sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados operando - 6 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaíba)	Não se aplica	Não se aplica	Processo de licitação em tramitação Protocolo 11.981.290-9.	(OP 4.01)	DLAE
		60 estações pluviométricas telemétricas instaladas, operando e com manutenção	60	Não se aplica	Meta integralmente atingida em 2013.	(OP 4.01)	DLAE
		22 municípios com descentralização compartilhada de licenciamento e fiscalização (IPML)	Não se aplica	16	16 municípios já autorizados.	(OP 4.01)	DLAE
		Número de municípios autorizados por resolução do CEMA para a descentralização do licenciamento e da fiscalização ambiental (IRI-PD)					
		Institucionalização do conselho estadual para a gestão de riscos e desastres ambientais (IPML)	Conselho criado	Não se aplica	Meta cumprida integralmente em 2013.	(OP 4.01)	DLAE
		Estabelecimento da política estadual de gestão de riscos e desastres (ID, IRI-PAD)	Não se aplica	0	Quanto ao Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, a CEPDEC está aguardando a esfera federal apresentar o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil para que ocorra o devido alinhamento entre as duas esferas. A data estimada para cumprimento da meta é julho de 2016. Lei Estadual 18.519 publicada em 23 de julho de 2015, instituindo a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil.	(OP 4.01)	DLAE

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE			
SEMA	FGRD	Instrumento legal que institui a política estadual (IPML)	-	-		(OP 4.01)	DLAE
		1 estudo técnico com cenários ambientais para 2030 e 1 plano de gestão de riscos hidrometeorológicos em áreas metropolitanas (IPML)	Não se aplica	Não se aplica	Meta sendo reavaliada.	(OP 4.01)	DLAE
		Sistemas autônomos de previsão hidrológica; sistema de processamento, integração e informações; sistema de previsão e estimativa de chuva; sistema de mapeamento da cobertura e uso do solo e monitoramento ambiental (IPML)	Não se aplica	Não se aplica	Contrato de Gestão entre SEMA, Casa Militar, SETI, AGUASPARANÁ e SIMEPAR celebrado em 2015 com o objetivo de viabilizar a realização das demais metas previstas para o indicador.	(OP 4.01)	DLAE
		Mapa do Estado com identificação dos riscos de desastres (IPML)			Durante a missão do Banco realizada em março de 2015 foi acordada a alteração da meta final do indicador. Sendo assim, não será mapeado 100% da área do Estado, mais sim 100% das áreas mais expostas aos perigos naturais. Nesse contexto, será necessária durante a revisão de meio termo do Projeto uma discussão para um melhor detalhamento da estratégia operacional para o cumprimento da nova meta do indicador.	(OP 4.01)	DLAE
		Melhoria da identificação dos riscos e desastres (ID-S)	4,96%	4,96%			

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

continua

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS			
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE						
SEMA	FGRD	Sala de monitoramento e alerta de desastres em funcionamento	Sala de situação para alerta hidro meteorológico implantado no AGUASPARANÁ	Não se aplica	Sala no AGUASPARANÁ em funcionamento desde 2014. Sala no SIMEPAR: a) supercondutor já adquirido; b) editais para aquisição de mobiliário, equipamentos de informática, sistema <i>wall-screen</i> , <i>workstations</i> e <i>plotter</i> estão sendo elaborados; c) sistema inteligente de armazenamento de informações já contratado. Protocolo n.º 13.311.333-9/2014, PE 01/2015 de 09/10/2015 e contrato n.º 03/2015 de 25/11/2015 no valor de R\$ 2.060.000,00. Ainda foi discutido com o Banco durante a missão de agosto/setembro a contratação direta de sensor de raios para o adensamento da RePAMH, porém o processo está sendo feito pela SEMA.	(OP 4.01)	DLAE			
		Fortalecimento do monitoramento e gestão de riscos e desastres e sistema de alerta hidrometeorológico (IRI-PAD)								
		Realização de cursos para representantes de 15 regionais da Defesa Civil (IPML)						Não se aplica	Não se aplica	Será proposta a alteração da meta atual para: Infraestrutura para Treinamento/Defesa Civil. O processo ainda não está finalizado devido à concentração de esforços na elaboração do Projeto do CEGERD.
		Realização de cursos para representantes de 15 regionais da Defesa Civil (IPML)						Não se aplica	Não se aplica	Será proposta a alteração da meta atual para: Infraestrutura para Treinamento/Defesa Civil. O processo ainda não está finalizado devido à concentração de esforços na elaboração do Projeto do CEGERD.

QUADRO 2 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEMA

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE			
SEMA	FGRD	5 salas fixas e 5 salas móveis de gerenciamento de desastres regionais; 1 sala fixa e 1 sala móvel de gerenciamento de desastres central na coordenadoria da Defesa Civil (IPML)	Não se aplica		Em 2014, foram entregues 16 veículos (Vans master com gerador) para os postos de comando móvel. OBS: O projeto para instalação do Centro Estadual de Gestão de Riscos e Desastres (GEGERD) no Palácio das Araucárias foi encaminhado em 21/07/2015, por meio do Protocolo Integrado 13.619.634-0, à Paraná Edificações (PREDI)/SEIL para elaboração do edital e orçamentação relativo à adequação do espaço físico, lógica, elétrica e sistema de ar condicionado. Simultaneamente está em fase de licitação outro edital a ser desenvolvido em conjunto com o DEAM que contempla 8 lotes, referentes aos equipamentos que vão compor o CEGERD, 16 centros regionais e 16 postos de comando móvel.	(OP 4.01)	DLAE
		Plataforma Vant (veículo aéreo não tripulado) em operação para coleta de dados em áreas de difícil acesso	Não se aplica	Não se aplica	Durante a revisão de meio termo do Projeto será proposta a alteração da meta atual para: Infraestrutura para Treinamento/Defesa Civil. O processo ainda não está finalizado devido à concentração de esforços na elaboração do Projeto do CEGERD.	(OP 4.01)	DLAE

conclusão

QUADRO 3 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SESA

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE			
SESA	Rede Mãe Paranaense	180 UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas	Obras concluídas 2013 – 4 2014 – 12 2015 – 78	46		(OP 4.01)	Licenças Ambientais IAP

QUADRO 4 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS - SEED

EXECUTOR	PROGRAMA	INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS	ATIVIDADES REALIZADAS 2015		OBSERVAÇÕES	OP ACIONADA	LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS
			ATÉ 31/12/2014	2.º SEMESTRE			
SEED	Renova Escola	Escolas da rede estadual reformadas ou ampliadas	287	8	Toda a documentação das obras faz parte do Protocolado Integrado – PI. No caso das ampliações, estes permanecem arquivados no Grupo Administrativo Setorial - GAS/SEED, e os reparos descentralizados encontram-se arquivados nos Núcleos Regionais de Educação - NRE.	(OP 4.01)	DLAE - Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (IAP). Os estabelecimentos listados na Res. SEMA 51/2009 estão dispensados de qualquer processo de licenciamento. Ninguém está obrigado a requerer DLAE e, por conseguinte, ninguém deverá ser autuado por falta de DLAE.
		Equipamentos e mobiliários adquiridos	719	2	Durante o ano de 2015 foram adquiridos apenas fogões, contrato n.º 015/2015. Toda a documentação da aquisição integra o Protocolado Integrado - PI n.º 13.106.869-7, permanecendo o processo físico arquivado no Grupo Administrativo Setorial - GAS/SEED.	(OP 4.01)	

CONCLUSÕES

SEAB: por meio do Monitoramento dos Indicadores Físicos e das informações obtidas junto aos responsáveis pelos programas, concluiu-se que: todos os indicadores (obras/atividades) dos dois programas da SEAB atendem as Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental. As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas, de baixo impacto ambiental negativo, sendo classificadas dentro das categorias B e/ou C, não necessitando assim de uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução.

SEMA: todos os indicadores (obras/atividades) dos programas Fortalecimento da Gestão de Riscos de Desastres e Modernização do Licenciamento Ambiental atendem as Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelo programa foram consideradas de baixo impacto ambiental e classificadas na categoria C. Os programas devem ter impacto positivo sobre o meio ambiente, desde que procurem promover a obediência ambiental e a melhoria da capacidade de resposta ao desastre. A SEMA apoiará os esforços dos Manuais Operativos para fortalecer as ferramentas de gestão ambiental para o uso sustentável de recursos naturais, a redução dos impactos ambientais negativos, a melhoria da resposta e a coordenação em caso de desastre no âmbito estadual. Eles não apresentarão riscos com relação às salvaguardas; assim, não requerem supervisão ou apoio especial.

SESA: todos os indicadores (obras e atividades) dos programas Rede de Urgência e Emergência e Mãe Paranaense atendem as Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental (categorias B e/ou C) e em sua maioria apresentam impactos ambientais positivos ao Projeto, necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas, construção e ampliação.

SEED: todos os indicadores (obras e atividades) do programa Renova Escola atendem as Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental (categorias B e/ou C), necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas e ampliação.

APÊNDICE 2 - ACOMPANHAMENTO SALVAGUARDAS SOCIAIS

De acordo com a avaliação realizada na preparação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, este deverá cumprir as seguintes Políticas de Salvaguardas Sociais do Banco Mundial: Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).

No quadro 1 estão apresentados os programas que compõem o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, as instituições executoras e as respectivas Políticas de Salvaguardas Sociais acionadas.

QUADRO 1 - PROGRAMAS, EXECUTORES E POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS SOCIAIS

PROGRAMA	EXECUTOR	SALVAGUARDA
Desenvolvimento Econômico e Territorial PRÓ-RURAL	SEAB	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Formação em Ação	SEED	Povos Indígenas (OP 4.10).
Renova Escola	SEED	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).
Rede Mãe Paranaense	SESA	Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).

FONTE: SEPL/UGP, 2014

Com o objetivo de orientar a implementação dessas políticas, foram elaborados e aprovados pelo Banco, em 2012, os seguintes documentos: Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário e Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI). Estes se encontram disponíveis no portal da SEPL – www.sepl.pr.gov.br – no *link* do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Considerando o longo período decorrido entre a preparação do Projeto e a assinatura do acordo de empréstimo (dezembro de 2013), o Banco recomendou a atualização dos documentos. Os pontos que deverão ser atualizados na Estratégia de Participação dos Povos Indígenas e no Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário já foram acordados com o agente financiador do Projeto. Contudo, as conclusões desses documentos ainda estão pendentes, porém há a expectativa de envio para análise no primeiro semestre de 2016.

Tendo em vista a garantia do arranjo institucional para a implementação das diretrizes previstas nos referidos documentos, foi destacada no âmbito da Unidade de Gestão do Projeto um responsável pelas Salvaguardas Sociais, assim como as Secretarias Executoras (SEAB, SEED e SESA) indicaram responsáveis pela operacionalização das ações previstas nos programas que acionaram as salvaguardas. Ainda, no âmbito do Comitê

Gestor do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, foi criada por meio da Resolução n.º 009/2014 uma Câmara Técnica composta por representantes da SEPL, Secretarias Executoras das ações, Populações Indígenas e Instituições Parceiras.

As principais atividades realizadas estão apresentadas a seguir, organizadas em dois tópicos, um relativo à Estratégia de Participação dos Povos Indígenas e outro referente ao Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário.

1 ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (EPPI)

Para orientar a execução e facilitar o acompanhamento do progresso da implementação das políticas de salvaguarda relativa aos povos indígenas foram elaborados Planos Operativos Plurianuais (POP) para cada um dos programas para o período de 2015 a 2017, estabelecendo objetivos, atividades e metas mais específicas para as diretrizes e ações gerais previstas na EPPI.

Os POPs dos programas envolvidos na execução da EPPI foram atualizados conforme recomendação da missão da Especialista em Salvaguardas Sociais realizada em agosto/setembro de 2015. Estes documentos serviram de referência para o acompanhamento das atividades realizadas no segundo semestre de 2015, conforme apresentado nos quadros 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

A seguir, serão apresentadas com mais detalhes as atividades realizadas e previstas no âmbito da implementação da EPPI de cada um dos programas, assim como serão informados alguns elementos de contexto que interferem positivamente ou negativamente na implementação das atividades.

1.1 PRÓ-RURAL

No segundo semestre de 2015 foram realizados três cursos envolvendo indígenas e técnicos das oito TIs em que o PRÓ-RURAL possui parceria com a equipe técnica do Projeto Básico Ambiental (PBA)/Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Mauá. Assim, foram capacitados 60 indígenas no uso e manejo da agrobiodiversidade florestal e 32 na cadeia produtiva do bambu. Os demais cursos previstos não foram realizados devido às chuvas ocorridas e a conflitos internos nas terras indígenas.

Nas demais terras o trabalho será iniciado após a disponibilização de novos técnicos pela EMATER. Neste sentido, está em tramitação, desde abril de 2014, um processo de contratação de 400 técnicos por meio de concurso público, estando previsto que 40 deles trabalharão exclusivamente com as Terras Indígenas. Há expectativa de que no primeiro semestre de 2016 o processo de contratação esteja concluído, estando programado um módulo específico em Indigenismo na capacitação inicial destes técnicos.

No sentido de qualificar a proposta da Associação Comunitária Indígena Inácio Martins (ACIMAR) da Terra Indígena Rio D'Areia, selecionada pela SEAB no processo de chamamento público contido no Edital SEAB/Banco Mundial 001/2014, foi realizada visita à referida TI para dialogar diretamente com os beneficiários, assim como foi solicitado apoio do engenheiro do município na elaboração do projeto de engenharia e no acompanhamento da obra de construção do Centro Cultural e de Turismo Guarani. Também foi solicitada à FUNAI a revisão e aprovação do projeto com o intuito de garantir a adequação do mesmo às especificidades culturais da população guarani e às normativas legais.

A partir da missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015, o indicador Terras Indígenas com projetos produtivos apoiados passou a ser incluído no quadro de resultados do Projeto como indicador social. O acompanhamento desse indicador está registrado no tópico 2.1 do presente relatório, juntamente com os demais indicadores do PRÓ-RURAL.

No quadro 2 estão apresentadas as ações e atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do PRÓ-RURAL para a implementação da estratégia de participação indígena.

QUADRO 2 - RESUMO DE ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PRÓ-RURAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

AÇÃO/ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL	REALIZADO			SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
		2015	De 01/2015 a 06/2015	De 07/2015 a 12/2015	Total do Ano 2015	
Capacitação das populações indígenas e suas organizações	Número de indígenas capacitados	320 (40 indígenas por terra)	0	0	0	SEAB/ EMATER
Cursos de capacitação em educação ambiental e manejo dos recursos naturais (Ex. uso e manejo agrobiodiversidade florestal, coleta e manejo de sementes arbóreas, agrofloresta, proteção de fontes de água, entre outros).	Número de cursos realizados e número de indígenas capacitados	23 cursos em 8 terras indígenas, capacitando 320 indígenas (a partir de agosto)	0	2 cursos realizados capacitando 60 indígenas totalizando 32 horas	2 cursos realizados capacitando 60 indígenas totalizando 32 horas	SEAB/ EMATER/Equipe Técnica do PBA UHM
Cursos de capacitação em desenvolvimento tecnológico e gestão (Ex. artesanato, empreendimentos solidários, comercialização, entre outros)	Número de cursos realizados e número de indígenas capacitados		0	0	0	SEAB/ EMATER/Equipe Técnica do PBA UHM
Curso de capacitação em atividades produtivas diversas (café, suínos, peixes, bovino de leite, aves, produção orgânica, hortas e pomares caseiros, plantas aromáticas e medicinais, entre outros)	Número de cursos realizados e número de indígenas capacitados		0	1 curso realizado capacitando 32 indígenas totalizando 20 horas	1 curso realizado capacitando 32 indígenas totalizando 20 horas	SEAB/ EMATER/Equipe Técnica do PBA UHM
Curso de capacitação em desenvolvimento humano e social	Número de cursos realizados e número de indígenas capacitados		0	0	0	SEAB/ EMATER/Equipe Técnica do PBA UHM
Implementação de projetos produtivos sustentáveis nas aldeias indígenas	Terras ou aldeias apoiadas	0	1	0	0	SEAB
Apoio de projetos produtivos das terras indígenas	Número de projetos	0	1	0	0	SEAB
Ampliação do número de técnicos trabalhando na assistência técnica e extensão rural junto às populações indígenas	Número de técnicos atuando pelo menos 50% do tempo nas TIs	6	0	0	0	SEAB/ EMATER
Formalizar convênios com os municípios que possuem terras indígenas para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural	Número de técnicos atuando nas TIs	2	0	0	0	SEAB/ EMATER
Ampliar o número de técnicos da EMATER prestando serviços de assistência técnica e extensão rural	Número de técnicos atuando nas TIs	3	0	0	0	SEAB/ EMATER
Capacitação de técnicos prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural às populações indígenas e suas organizações	Número de técnicos capacitados	50	0	0	0	EMATER
Desenvolvimento e realização de módulo específico no "Pré-serviço" para os técnicos recém-contratados através de concurso público	Número de técnicos capacitados	Esta atividade ocorrerá após nomeação dos técnicos aprovados em concurso público	0	0	0	EMATER
Cursos de formação para ATER indígena	Número de técnicos capacitados		0	0	0	EMATER
Excursões técnicas a terras indígenas e/ou experiências com populações indígenas	Número de técnicos capacitados		0	0	0	EMATER
Elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável das 14 terras indígenas	Número de planos elaborados	8	0	0	0	SEAB/ EMATER
Realização de oficinas para diagnóstico socioambiental nas aldeias e/ou terras indígenas	Número de oficinas realizadas	O número de oficinas será definido conforme a metodologia estabelecida, em conjunto com as lideranças indígenas (setembro/outubro)	0	0	0	SEAB/ EMATER
Realização de oficinas para elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável das terras indígenas	Número de oficinas realizadas	O número de oficinas será definido conforme a metodologia estabelecida, em conjunto com as lideranças indígenas (outubro/novembro)	0	0	0	SEAB/ EMATER

1.2 FORMAÇÃO EM AÇÃO

No segundo semestre de 2015, atuaram nas 37 escolas indígenas paranaenses 746 professores, sendo 241 destes de etnia indígena.

Neste contexto, foram realizadas as oficinas no âmbito da implementação do Programa Formação em Ação, capacitando 700 professores, o que representa 93% do total (quadro 3).

Durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 foi acordado que o número de professores que atuam em escolas indígenas capacitados pelas oficinas do programa Formação em Ação será incluído no quadro de resultados do Projeto como indicador social. Assim, está incluído no item 2.3 do presente relatório que trata dos programas do Setor 3 - Educação, especificamente no quadro 6.

Durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 foi acordado que as ações realizadas pela Coordenação de Educação Escolar Indígena (CEI) do Departamento de Diversidade (DEDI) da SEED, de maneira complementar ao programa Formação em Ação, serão acompanhadas nos relatórios semestrais. No segundo semestre de 2015 foram realizadas oficinas de capacitação dos temas Saberes Indígenas na Escola e Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Foram realizadas também oficinas sobre a inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena para a formação de equipes multidisciplinares com o objetivo de garantir a inclusão desses temas no currículo escolar.

No quadro 3 estão apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do programa Formação em Ação para a implantação da EPPI. No quadro 4 estão apresentadas as ações e atividades complementares ao programa Formação em Ação.

QUADRO 3 - RESUMO DE ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL 2015			REALIZADO									SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
					De 01/01/2015 a 30/06/2015			De 01/07/2015 a 31/12/2015			Total do Ano 2015			
		N.º Total ⁽¹⁾	N.º capacitados	% ⁽²⁾	N.º Total ⁽¹⁾	N.º capacitados	% ⁽²⁾	N.º Total ⁽¹⁾	N.º capacitados	% ⁽²⁾	N.º Total ⁽¹⁾	N.º capacitados	% ⁽²⁾	
Realização das oficinas de atualização dos conhecimentos e práticas para professores e técnicos da educação escolar indígena														
Capacitação de professores indígenas que atuam em escolas indígenas, através de oficinas para trocas de experiências.	Professores indígenas capacitados	241	183	76	241	183	74	241	241	100	241	211,5	87,75	SEED/DPTE/DEDI/CEEI
Capacitação de professores não indígenas que atuam em escolas indígenas, através de oficinas para trocas de experiências.	Professores não indígenas capacitados	505	375	74	505	372	73	505	459	90	505	415,5	82,27	SEED/DPTE/DEDI/CEEI
Capacitação do total dos professores que atuam em escolas indígenas, através de oficinas para trocas de experiências.	Professores capacitados	746	557	75	746	554	73	746	700	93	746	627	84,04	SEED/DPTE/DEDI/CEEI

(1) Dado do Grupo de Recursos Humanos Setoriais da SEED para o período de referência.

(2) A base de dados para o cálculo será atualizada anualmente, tendo em vista a informação do Grupo de Recursos Humanos Setorial da SEED.

QUADRO 4 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE COMPLEMENTAM AS AÇÕES DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO ANUAL 2015	REALIZADO			SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
			De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do Ano 2015	
			Abs.	Abs.	Abs.	
Capacitação de forma continuada de professores indígenas que atuam na Educação Escolar Indígena, para a elaboração de materiais didáticos específicos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio da Ação Saberes Indígenas na Escola						
Realização de oficinas de capacitação para professores orientadores da Ação Saberes Indígenas na Escola	Professores orientadores indígenas guarani e kaingang capacitados	1	Não se aplica	1	1	SEED/DEDI/CEEI
Realização de oficinas de multiplicação da Ação Saberes Indígenas nas escolas	Professores indígenas guarani e kaingang capacitados	3	Não se aplica	3	3	SEED/DEDI/CEEI
Capacitação de forma continuada por meio das equipes multidisciplinares, compostas por professores, diretores, pedagogos, agentes educacionais I e II, instâncias colegiadas e segmentos da sociedade, que tem como ação primordial intensificar o diálogo, no sentido de garantir a inserção da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar						
Formação das equipes multidisciplinares nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e conveniadas	Equipes multidisciplinares de estabelecimentos de ensino formadas	2.500	Não se aplica	2.278	2.278	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Elaboração de Plano de Ação Anual das equipes multidisciplinares	Planos de Ação elaborados	2.500	Não se aplica	2.278	2.278	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Realização de seminário na Semana da Consciência Negra	Seminário realizados	2.500	Não se aplica	2.278	2.278	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Elaboração do Memorial Descritivo	Memoriais descritivos elaborados	2.500	Não se aplica	2.278	2.278	SEED/DEDI/CEEI e CERDE
Capacitação de forma continuada de professores alfabetizadores, por meio do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, visando à alfabetização das crianças até os oito anos de idade, ao final do 3.º ano do ensino fundamental						
Realização de oficinas de capacitação para professores orientadores do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa	Professores orientadores capacitados	6	6	Não se aplica	Não se aplica	SEED/DEB
Realização de oficinas de multiplicação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa nas escolas	Professores indígenas guarani e kaingang capacitados	150	148	Não se aplica	Não se aplica	SEED/DEDI/CEEI

1.3 RENOVA ESCOLA

As atividades e metas previstas para o ano 2015 foram atingidas e até superadas já no primeiro semestre, considerando que os diagnósticos das 36 escolas indígenas foram concluídos e que 8 escolas foram equipadas, recebendo o mínimo de 7 itens (quadro 5).

Durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 foi acordado que as ações complementares ao programa Renova Escola (tais como a construção de quadras de esportes, cozinhas, unidades novas, etc.) compõem o Plano Operativo do Programa e farão parte dos Relatórios Semestrais de Monitoramento do Projeto, mesmo não sendo financiadas com os recursos do programa, por sua contribuição ao atingimento dos objetivos da EPPI. Atividades administrativas foram realizadas no segundo semestre de 2015, entretanto a conclusão das ações complementares não foi possível, conforme quadro 6.

No quadro 5 estão apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do programa Renova Escola para a implantação da EPPI. No quadro 6 estão apresentadas as ações e atividades complementares ao programa, realizadas em parceria com instituições do governo federal (FNDE/MEC e MDA).

QUADRO 5 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÕES	Unidade de Medida	REALIZADO ACUMULADO Até 31/12/2014	DEMANDA DIAGNOSTICADA	PREVISÃO ANUAL 2015	REALIZADO			SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
					De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do Ano 2015	
					Abs.	Abs.	Abs.	
Ampliação e/ou adequação das escolas indígenas								
Ampliação e/ou adequação de escolas indígenas	Escolas reformadas, ampliadas e/ou adequadas	2	13	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	SEED/SUDE
Equipar e mobiliar as escolas indígenas								
Aquisição e repasse de equipamentos e mobiliários para escolas indígenas	Escolas equipadas	36	18	5	8	-	8	SEED/SUDE
Diagnóstico da estrutura física das escolas indígenas								
Realizar visitas técnicas às escolas indígenas para a atualização do diagnóstico da estrutura física já cadastrada pela comunidade escolar no sistema de obras da SEED	Escolas com diagnóstico	36	36	36	36	-	36	SEED/SUDE

QUADRO 6 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE COMPLEMENTAM AS AÇÕES DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO ACUMULADO ENTRE 2010 E 2014	PREVISÃO ANUAL 2015	REALIZADO			SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
				De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do Ano 2015	
				Abs.	Abs.	Abs.	
Ação complementar: Ampliar a infraestrutura física para o ensino e práticas culturais em terras indígenas							
Construção de unidades novas em terras indígenas com a utilização de recursos do FNDE/MEC, através do Plano de Ações Articuladas (PAR)	Escolas construídas	13	1	0	0	0	SEED/SUDE
Construção de quadras esportivas com a utilização de recursos do FNDE/MEC, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	Quadras esportivas construídas	Não se aplica	14	0	0	0	SEED/SUDE
Construção/ampliação de cozinhas nas escolas em parceria com o MDA	Cozinhas construídas/ampliadas	Não se aplica	3	0	0	0	SEED/SUDE
Ação complementar: Assegurar o ensino em terras indígenas não regularizadas							
Manter escolas provisórias nas terras indígenas não regularizadas	Escolas provisórias mantidas	3	3	0	3	3	SEED/SUDE

1.4 REDE DE MÃE PARANAENSE

Considerando o histórico de altas taxas de mortalidade materna e infantil da população indígena, a SESA classifica, a *priori*, como de risco intermediário qualquer gestação indígena. Para reverter tal realidade, considera-se importante o trabalho de capacitação das equipes que atuam na atenção primária à saúde nas Terras Indígenas do Paraná.

Entretanto, a saúde indígena é de competência da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde (MS). Neste contexto, a SESA por meio do programa Rede Mãe Paranaense atuou em parceria com a SESA/MS, possibilitando a capacitação de 111 profissionais no segundo semestre, totalizando 238 ao longo do ano – número bem acima do previsto para o ano (2015).

A parceria com a SESAI resultou na implantação dos protocolos de estratificação de risco no parto e vinculação de 273 gestantes indígenas.

As taxas de mortalidade materna e infantil nesta população diminuíram de maneira expressiva, após a implantação da Rede Mãe Paranaense, devido à ampliação do cuidado das gestantes no pré-natal, parto e puerpério.

No quadro 7 estão apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do programa Rede Mãe Paranaense para a implantação da EPPI.

QUADRO 7 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

ATIVIDADE/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO 2015	REALIZADO			SETOR RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
			De 01/01/2015 a 30/06/2015	De 01/07/2015 a 31/12/2015	Total do Ano 2015	
		Abs.	Abs.			
Qualificação de profissionais de saúde que atuam nos serviços que atendem especificamente a saúde indígena no Paraná por meio das atividades de Educação Permanente						
Capacitar, através de atividades de educação permanente, a equipe de enfermagem que atua nas aldeias indígenas para o cuidado com as gestantes e crianças indígenas ⁽¹⁾	Profissionais de saúde que atuam em terras indígenas capacitados	15	127	111	238	SESA/SAS
Acompanhamento das gestantes e crianças até 1 ano de vida com o objetivo de reduzir a mortalidade						
Implantar a gestão de caso em aldeias indígenas	Gestantes e crianças indígenas até 1 ano de vida com acompanhamento	30	0	40 gestantes e 6 crianças sendo acompanhadas	40 gestantes e 6 crianças sendo acompanhadas	SESA/SAS
Estratificar gestantes indígenas como Risco Intermediário (que são gestantes que apresentam fatores de risco relacionados às características individuais de raça, etnia e idade), durante o seu pré-natal, e referenciar ao hospital com melhor condição para atendê-las	Gestantes indígenas com risco estratificado como intermediário	300	328	273	601	SESA/SAS

(1) Segundo a DSEI Litoral (dez.2014), as equipes são compostas por enfermeiro, técnicos e auxiliares, e estão distribuídas em cinco polos indígenas e na sede DSEI Litoral Sul.

2 MARCO REFERENCIAL DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

Em 2012, quando foi elaborado o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário ainda não eram conhecidos, com exatidão, os limites físicos das intervenções previstas, nem as próprias demandas por realocação de famílias decorrentes dessas intervenções.

Naquele momento, o entendimento tanto do Estado quanto do Banco foi de que apenas a ação de adequação de estradas rurais prevista no PRÓ-RURAL teria potencial (mínimo) de causar reassentamento involuntário.

Entretanto, durante a missão da especialista em Salvaguarda Social do Banco realizada em dezembro de 2014 foi verificado que as seguintes ações também possuem potencial mínimo de causar reassentamento involuntário: a) instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais do programa Gestão de Solos e Água em Microbacias; e b) ampliação e reforma de prédios escolares.

A missão recomendou, além da atualização do referido Marco Referencial, a elaboração de Fichas de Verificação de Reassentamento Involuntário customizadas para cada uma das ações. Versões preliminares dessas fichas foram elaboradas e encaminhadas ao Banco para análise e aprovação durante o primeiro semestre de 2015. Depois de aprovadas estas passaram a compor os processos de execução de cada uma das obras.

A seguir, serão apresentadas as atividades realizadas e previstas no âmbito da implementação dos programas, além das informações de contexto que interferem na operacionalização da OP 4.12 (Salvaguarda de Reassentamento Involuntário).

2.1 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

2.1.1 PRÓ-RURAL

As ações de readequação de estradas rurais previstas no Programa Desenvolvimento Econômico e Territorial (PRÓ-RURAL) não foram iniciadas, pois dependem da disponibilização das patrulhas rodoviárias que ainda não foram adquiridas devido às dificuldades operacionais enfrentadas pela Unidade Técnica do Programa na condução do processo licitatório internacional. Por enquanto, nenhum quilômetro de estrada foi readequado com recursos do Programa. Não obstante, foi estabelecido durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 que no momento do envio ao Banco do edital para análise de não objeção será esclarecido que as salvaguardas sociais serão atendidas no momento em que as obras de adequação das estradas forem definidas, conforme Manual Operativo do Programa e Marco de Reassentamento Involuntário.

Foi elaborada e apresentada ao Banco para análise a nova versão do Manual Operativo do Programa, contendo a descrição do fluxo operacional da ação de adequação de estradas rurais, apresentando os responsáveis por cada uma das etapas e explicitando a necessidade de realização de consultas públicas junto à comunidade e da assinatura de Termo de Anuência para cada projeto de engenharia. O documento também contém os impactos da ação e as medidas para evitá-los, mitigá-los ou compensá-los, segundo o caso. O Banco recomendou pequenos ajustes no documento que devem ser realizados até o final do primeiro semestre de 2016.

Acordou-se durante a missão de agosto/setembro que apenas os primeiros 3 processos de adequação de estradas rurais serão analisados pelo Banco. Para tanto, deverão ser enviados para análise um resumo do processo contendo a Ata de Consulta à Comunidade, a Ficha de Verificação de Reassentamento Involuntário e o Termo de Anuência quanto ao projeto da obra, antes de as mesmas se iniciarem.

2.1.2 GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS

Até dezembro de 2014 foram perfurados 185 poços, entretanto até dezembro de 2015 somente 94 destes possuem sistemas de distribuição de água instalados. No segundo semestre de 2015 foram realizadas atividades administrativas para o andamento do processo licitatório de novas obras.

Acordou-se durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 que o edital da licitação será enviado para análise e não objeção do Banco, fazendo-se uma breve referência de que as políticas de salvaguardas sociais serão atendidas no momento em que as localizações das obras estiverem definidas, conforme o Manual Operativo do Programa e o Marco de Reassentamento Involuntário.

Em atendimento à solicitação do Banco, foi elaborada uma nova versão do tópico que trata da ação de construção de sistemas de abastecimento de água no Manual Operativo do Programa e no Marco de Reassentamento Involuntário, e apresentada durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015, objetivando detalhar fluxo operacional da ação, identificar responsáveis e responsabilidades, assim como apontar os possíveis impactos e as medidas para evitá-los, mitigá-los ou compensá-los, segundo o caso.

Acordou-se também durante a missão de agosto/setembro de 2015 que os primeiros 3 novos processos de perfuração de poços serão enviados para análise antes de as obras se iniciarem, contendo uma síntese dos processos, as Fichas de Verificação de Reassentamento devidamente preenchidas.

2.1.3 RENOVA ESCOLA

No âmbito da implementação do Renova Escola, foram reformadas ou ampliadas 323 escolas até dezembro de 2015.

Em conformidade com a legislação, e tendo em vista as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE), os procedimentos adotados pelo Estado para a operacionalização do Programa impedem a realização de intervenções em prédios escolares localizados em terrenos irregulares. Neste contexto, até o primeiro semestre de 2015 não foram identificados casos de reassentamento involuntário.

Durante a missão do Banco realizada em agosto/setembro de 2015 foi reapresentado o fluxo operativo para a ampliação de escolas, tendo sido acordado que o Relatório de Vistoria do Terreno, que é preenchido pelos engenheiros da SEED/SUDE antes da elaboração do projeto da obra, será ampliado incluindo-se questões relacionadas ao terreno e aos demais impactos relacionados com reassentamento involuntário, tais como impedimento de acesso a estruturas de lazer ou a fontes de água.

Acordou-se também a atualização do tópico do Marco de Reassentamento Involuntário referente ao Renova Escola, melhorando a descrição dos procedimentos de implementação da ação de ampliação de escolas, ficando esclarecido que não haverá desapropriações de áreas privadas e que a revisão do Banco sobre os processos das obras será *ex-post*.

2.1.4 REDE MÃE PARANAENSE

As obras relativas à construção das Unidades Básicas de Saúde (UBS) previstas no programa Rede Mãe Paranaense são realizadas pelos municípios. Assim, a SESA repassa recursos a estes entes por meio de convênios ou de transferências do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde.

Um acompanhamento detalhado está sendo realizado pela SESA para verificar o andamento das obras e assim precisar o número de obras concluídas.

Tendo em vista as determinações da legislação, e considerando as recomendações do TCE, a SESA somente repassa recursos para a construção de UBS em terrenos públicos regulares. Assim, não foram identificados no período casos de reassentamento involuntário.

Durante as missões realizadas pelo Banco foram discutidos os procedimentos adotados e os instrumentos legais utilizados na construção de UBS, sendo esclarecido que elas são construídas pelos municípios em terrenos públicos desimpedidos. Tendo em vista o nível de controle e de

exigência que já vem sendo adotado pela SESA na implementação da ação, foi entendido que é desnecessário o preenchimento de uma Ficha de Verificação de Reassentamento Involuntário. Estes pontos serão atualizados no Marco de Reassentamento.

No quadro 8 estão resumidas as ações previstas, realizadas e programadas.

QUADRO 8 - RESUMO DE ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS PARA REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

PROGRAMA	EXECUTOR	AÇÕES COM POTENCIAL MÍNIMO DE CAUSAR REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES PREVISTAS
Desenvolvimento Econômico e Territorial (PRÓ-RURAL)	SEAB	Adequação de estradas rurais	Nenhum quilômetro de estrada rural foi readequado no âmbito da operacionalização do Programa. Foram realizadas atividades administrativas no sentido de finalizar o processo licitatório para aquisição de patrulhas rodoviárias que serão disponibilizadas aos Consórcios Intermunicipais para adequação de estradas rurais.	Conclusão do processo licitatório internacional para aquisição de patrulhas no primeiro semestre de 2016.
Gestão de Solos e Água em Microbacias	SEAB	Instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais	185 poços perfurados até dezembro de 2014 – apenas 94 possuem sistemas de distribuição de água instalados. Foram realizadas atividades administrativas no sentido de iniciar o processo licitatório para a construção de novos poços. Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado no período.	Conclusão de processo licitatório para a perfuração de novos poços prevista para o primeiro semestre de 2016.
Renova Escola	SEED	Ampliação e/ou adequação de escolas	323 escolas reformadas ou ampliadas até dezembro de 2015. 8 escolas reformadas ou ampliadas no segundo semestre de 2015. Não foram identificados casos de reassentamento involuntário neste período.	As obras que estão em execução pelo Programa serão concluídas.
Rede Mãe Paranaense	SESA	Construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBSs)	Acompanhamento detalhado das obras está em curso pela SESA. Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado.	As obras que estiverem em andamento com recursos do Programa serão concluídas.

FONTE: UGP/CDG/SEPL

3 CONCLUSÕES TÉCNICAS

A elaboração do Plano Operativo Plurianual para a implementação da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas possibilitou o acompanhamento mais qualificado das diversas ações dos Programas de Gastos Elegíveis em andamento.

As Fichas de Verificação de Reassentamento Involuntário incorporadas aos fluxos operacionais das ações previstas significaram um avanço para a identificação e acompanhamento de casos de reassentamento involuntário na implementação das obras dos programas.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Project Appraisal Document (PAD): Brazil - SWAp for Parana Multi-Sector Development Project. Washington, DC, 2012. (Report. nº 67.388 – BR). For official use only.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Formação em Ação**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/9_formacao_acao.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/7_gestao_riscos.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/2_microbacias.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Mãe Paranaense**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/5_mae_paranaense.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/8_modernizacao_sema.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Pró-Rural**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/1_prorural.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Renova Escola**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/3_renova_escola.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Rede de Urgência e Emergência**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/6_urgencia_emergencia.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem**. Curitiba, 2012.

Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/4_avaliacao_aprendizagem.pdf>. Acesso em: set. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**: Manual Operativo. Curitiba, 2014. v.1.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Lei Orçamentária Anual**: Lei nº 17.012 de 14/12/11 - Exercício 2012. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano Plurianual 2012-2015**: Lei nº 17.012 de 14/12/11. Curitiba, 2011.